

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOÃO RIZZIO VICENTE FETT

O PROBLEMA DE GETTIER E A EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO

Porto Alegre

2016

JOÃO RIZZIO VICENTE FETT

O PROBLEMA DE GETTIER E A EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2016

JOÃO RIZZIO VICENTE FETT

O PROBLEMA DE GETTIER E A EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida – PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Martins Borges – UNICAMP

Prof. Dr. Rogel Esteves de Oliveira - PUCRS

“Knowledge is justified true belief: so we thought from time immemorial. Then God said, “Let Gettier be”; not quite all was light, perhaps, but at any rate we learned we had been standing in a dark corner.”

Alvin Plantinga

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, por viabilizar a realização da minha pesquisa por meio da concessão de uma bolsa de estudos integral.

Ao meu orientador, Claudio de Almeida – the other defeasibilist sniper. Minha gratidão pela parceria filosófica, rigor na leitura do rascunho deste ensaio, e constante incentivo.

À minha mãe, Janice, à minha família e aos meus amigos. Obrigado pelo apoio, torcida e oração.

À minha namorada, Débora Wollmann – my partner in crime and my greatest inspiration! Minha gratidão pelo companheirismo e imenso carinho, pela cuidadosa leitura do rascunho e correção técnica da redação final, e por acreditar na escolha da minha carreira em filosofia. Eu te amo, com todo o coração.

Aos membros da banca examinadora – Rodrigo Borges e Rogel de Oliveira – pela disponibilidade em ler, avaliar, e qualificar este ensaio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. Na pessoa do professor Agemir Bavaresco, agradeço a todos os professores, colegas, e funcionários do departamento. O ambiente intelectual desta universidade é o que anima e possibilita o crescimento dos grupos de pesquisa em Epistemologia.

A Deus – razão de nossa vida e de nossa esperança.

RESUMO

Reza a lenda que até o início da segunda metade do século XX, a comunidade filosófica aceitava tacitamente, desde os primórdios, uma definição tripartite de conhecimento, remontando aos textos platônicos, segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada. Em 1963, porém, o filósofo Edmund Gettier publicou um artigo refutando essa definição através de dois contraexemplos. Ele mostrou que há casos nos quais é possível que acreditemos veraz e justificadamente em uma proposição sem que tenhamos conhecimento dela. O problema de Gettier exige que compreendamos como a análise tradicional (Platônica) deve ser alterada de modo que os contraexemplos criados por Gettier não constituam contraexemplos à análise modificada. Nesta dissertação, vamos examinar uma das respostas a esse problema: a teoria da anulabilidade, de Peter Klein. Esperamos, ao fim da apresentação da teoria de Klein, ter oferecido ao leitor boas razões para crer que a teoria da anulabilidade oferece uma análise do conhecimento interessante e promissora em muitos aspectos - não obstante objeções ainda não respondidas - colocando-se, assim, entre as melhores candidatas para a solução do problema de Gettier. Recentemente, contudo, uma grande ameaça se impõe ao anulabilismo de Klein: o problema do “conhecimento *via* falsidade.” Nos últimos dez anos, um bom número de ostensivos casos de conhecimento inferencial com base em crenças falsas foi posto em circulação, indo de encontro à enraizada tese Aristotélica sobre conhecimento inferencial, segundo a qual conhecimento inferencial só é produzido por crenças verdadeiras que são casos de conhecimento. Nossa última tarefa será, então, entender como o anulabilismo de Klein acomoda o novo dado epistemológico da possibilidade de haver conhecimento com base em falsidades.

Palavras-chave: O problema de Gettier. Conhecimento. Anulabilidade epistêmica. Conhecimento *via* falsidade. Justificação epistêmica. Peter Klein.

ABSTRACT

Legend has it that up until the beginning of the latter half of the twentieth century, the philosophical community had tacitly accepted a tripartite analysis of knowledge harking back to Classical Antiquity – the Platonic Legacy. Such an epistemological perspective consists of ancient background assumptions which define 'knowledge' in terms of 'justified true belief'. In 1963, the philosopher Edmund Gettier refuted the sufficiency of this definition, showing to epistemologists that there are cases where it is possible for one to believe truly and justifiably some proposition without having knowledge of it, because the belief turns out to be true just by accident. The Gettier problem requires us to come up with a modified analysis of knowledge which withstands those counterexamples presented by Gettier. In this essay, we examine one of the attempts to solve that problem: the defeasibility theory of knowledge, proposed by Peter Klein. We furnish the reader with good reasons to believe that, unanswered objections notwithstanding, the defeasibility theory offers a promising and interesting analysis of knowledge. Recently, however, the defeasibility theory was faced with a new challenge: the problem of knowledge from falsehood. During the last decade, many purported cases of inferential knowledge based on false beliefs have been put forward in the literature, going against an entrenched Aristotelian thesis on inferential knowledge, according to which only knowledge can produce knowledge. Our last task in this essay is to show in what way Klein's defeasibilism handles that problem and how it accommodates the possibility of there being knowledge from falsehood.

Keywords: The Gettier problem. Knowledge. Epistemic defeasibility. Knowledge from falsehood. Epistemic Justification. Peter Klein.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 GETTIERIZAÇÃO	12
2.1 A ANÁLISE DO CONHECIMENTO	12
2.1.1 Introdução	12
2.1.2 O que é conhecimento?.....	13
2.1.3 O Legado Platônico	14
2.2 A ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO	15
2.2.1 A condição da verdade	16
2.2.2 A condição da crença.....	16
2.2.3 A condição da justificação	17
2.3 SOBRE JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA.....	18
2.3.1 Tipos de justificação	18
2.3.2 Falibilismo	19
2.5 OS CASOS GETTIER	25
2.5.2 Tipologia dos casos Gettier: quanto ao conteúdo	28
2.5.3 Gettierização e o conjunto total de verdades	32
3 ANULABILIDADE EPISTÊMICA.....	33
3.1 O DESPONTAR DA NOÇÃO DE ANULABILIDADE EPISTÊMICA.....	34
3.1.1 Anulabilidade em Epistemologia.....	36
3.1.2 O <i>status</i> epistêmico do anulador.....	39
3.2 A ANÁLISE ANULABILISTA DO CONHECIMENTO	41
3.2.1 Teorias da anulabilidade.....	41
3.2.2 Justificação resistente à verdade	42
3.3 O ANULABILISMO DE KLEIN.....	46
3.3.1 Derrota genuína e pseudoderrota	50

3.4 A INERENTE VAGUIDADE DO CONCEITO DE CONHECIMENTO	54
4 CRENÇAS FALSAS, ANULABILIDADE E CONHECIMENTO INFERENCIAL....	60
4.1 CONHECIMENTO INFERENCIAL E CRENÇAS FALSAS	60
4.2 A TEORIA DA ANULABILIDADE É AMEAÇADA	64
4.3 FALSIDADES INOFENSIVAS	65
4.4 CRENÇAS FALSAS ÚTEIS	67
5 CONCLUSÃO.....	77
6 BIBLIOGRAFIA	78

1 INTRODUÇÃO

“Conhecimento é crença verdadeira justificada?” Essa pergunta é o título de um dos trabalhos mais citados em epistemologia contemporânea, a saber, o artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* de Edmund Gettier, publicado em 1963.¹ Reza a lenda que, até o início da segunda metade do século XX, a comunidade filosófica aceitava tacitamente uma definição tripartite de conhecimento, a qual remonta à Antiguidade Clássica e encontra-se em dois diálogos platônicos, o Mênon e o Teeteto. As intuições obtidas da conversa dos personagens desses cenários sobre o conhecimento compõem o que chamaremos de Legado Platônico: uma perspectiva milenar que define o conceito de conhecimento em termos de crença verdadeira justificada.² Essa definição ficou conhecida como a Análise Tradicional do Conhecimento, ou ainda *JTB account* – isto é, a teoria da crença verdadeira justificada.³ O seu objetivo era explicitar as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para a posse de conhecimento.

Em seu célebre artigo, Gettier refutou a Análise Tradicional do Conhecimento baseada no Legado Platônico. Através de dois contraexemplos, ele mostrou que há casos nos quais é possível que acreditemos veraz e justificadamente em uma proposição sem que tenhamos conhecimento dela – o que prova que as três condições da análise tradicional (crença, verdade, e justificação) não são suficientes para definir o conceito de conhecimento. O problema de Gettier, como Robert Shope propriamente sugeriu, é descobrir uma boa resposta para a seguinte questão: “Como a análise tradicional deve ser alterada de modo que os *casos Gettier* não constituam contraexemplos à análise modificada (e sem tornar a análise suscetível a mais objeções)?”⁴

É largamente reconhecido o profundo impacto causado por esse artigo. A maioria dos grandes debates que ocupam a agenda dos epistemólogos atualmente teve origem na literatura sobre o problema de Gettier. Desde 1963, são mais de cinquenta anos de pesquisa e de frutuosos debates sobre conhecimento e justificação incitados, inicialmente, por duas páginas e meia de texto.

¹ Veja (GETTIER, 1963).

² Veja (SHOPE, 1983).

³ Veja (FELDMAN, 2003, p.15).

⁴ (SHOPE, 1998, CD-ROM).

É de comum acordo que esse artigo marca na história da filosofia o início da epistemologia contemporânea. A publicação de Gettier foi a motivação para um novo programa de pesquisa na área, preocupado, primariamente, com a investigação do conceito que é mais caro a ela: o conceito de conhecimento.

Para alguns, o problema de Gettier exemplifica paradigmaticamente o emprego do método da análise conceitual para a solução dos problemas filosóficos. Para outros – os que defendem que o método da análise conceitual não é, nem de longe, o que se esperava dele – a história do problema de Gettier serve como evidência do fracasso do projeto analítico em filosofia.^{5,6}

O objetivo desta dissertação é examinar uma das respostas a esse problema: a teoria da anulabilidade, de Peter Klein. Esperamos, ao fim da apresentação da teoria de Klein, ter oferecido ao leitor boas razões para crer que a teoria da anulabilidade oferece uma análise do conhecimento interessante e promissora em muitos aspectos – não obstante objeções ainda não respondidas – colocando-se, assim, entre as melhores candidatas para a solução do problema de Gettier.

Recentemente, contudo, uma grande ameaça se impõe ao anulabilismo de Klein: o problema do “conhecimento *via* falsidade.” Nos últimos dez anos, um bom número de ostensivos casos de conhecimento inferencial com base em crenças falsas foi posto em circulação, indo de encontro à enraizada tese Aristotélica sobre conhecimento inferencial, segundo a qual conhecimento inferencial só é produzido por crenças verdadeiras que são casos de conhecimento.⁷ Nossa última tarefa será, então, entender como o anulabilismo de Klein acomoda o novo dado epistemológico da possibilidade de haver conhecimento com base em falsidades.

⁵ Veja (HAZLETT, 2014), para uma perspectiva acerca dos cinquenta anos de pesquisa sobre o problema de Gettier.

⁶ Timothy Williamson é o mais proeminente detrator do projeto da análise do conceito conhecimento. Ele faz parte dessa última categoria de pessoas, para as quais a história do problema de Gettier é a evidência mais arrebatadora para a hipótese de que não é possível analisar o conhecimento. Veja essa postura em (WILLIAMSON, 2000) e (WILLIAMSON, 2011).

⁷ Veja (DE ALMEIDA, a ser publicado), para as devidas referências a Aristóteles.

2 GETTIERIZAÇÃO

Em 1963, o filósofo Edmund Gettier publicou um artigo que marcou a história da epistemologia e mudou os rumos desta disciplina. Através de dois contraexemplos, Gettier refutou o que ele tomou como sendo um item da ortodoxia filosófica: a definição tripartite do conhecimento, em termos de crença verdadeira justificada. Neste capítulo veremos, primeiramente, no que consiste a tarefa de oferecer uma definição do conceito de conhecimento, quais restrições e balizas são necessárias para bem realizarmos essa tarefa, e sobre quais pilares procuraremos fundar as intuições acerca do que é conhecimento. Veremos, depois, que a definição tripartite dá à epistemologia contemporânea uma análise do conhecimento que, embora inicialmente atraente, sucumbe em face dos contraexemplos de Gettier. Veremos, por último, as dimensões desse problema e como ele inaugura um projeto de pesquisa que se estende até a atualidade, razão pela qual um número impressionante de tentativas de solução foi posto em circulação na literatura epistemológica nos últimos 50 anos.⁸

2.1 A ANÁLISE DO CONHECIMENTO

2.1.1 Introdução

De acordo com Vincent Hendricks, “O estudo sistemático e detalhado do conhecimento, dos seus critérios de aquisição, e dos seus limites e modos de justificação é conhecido como epistemologia.”⁹ Compreendendo as dimensões desse empreendimento intelectual que é a epistemologia, fica claro que um dos seus objetivos mais fundamentais é responder à pergunta “O que é conhecimento?”. Esta seção explora como melhor se pode realizar essa tarefa.

⁸ Convencionalmente, durante toda esta dissertação, nós faremos uso das aspas simples para referirmo-nos a categorias linguísticas, tais como verbos e conceitos, que nos interessem no contexto em questão. As aspas duplas servirão para colocarmos em relevo as citações diretas ao longo do texto. Também por convenção, faremos uso do negrito para enfatizar noções e conceitos-chave. O uso do itálico, por sua vez, se restringirá às palavras em língua estrangeira e às expressões ou frases longas, as quais acharmos por bem destacar.

⁹ (HENDRICKS, 2006, p. 1).

2.1.2 O que é conhecimento?

A conversa ordinária do senso comum nos fornece evidência para crer que nós conhecemos uma variedade de coisas. Na língua portuguesa, os verbos ‘conhecer’ e ‘saber’ são sinônimos, e seus usos – que nem sempre são intercambiáveis – revelam a diversidade dos tipos de conhecimento. Costumamos dizer que conhecemos pessoas, cidades, objetos; que sabemos dirigir, escrever, tocar instrumentos musicais; que sabemos que certas proposições são fatos – tal como que Porto Alegre é uma capital brasileira, e que $2+2$ são 4. Esse último tipo de conhecimento é o tipo que nos interessará durante toda esta dissertação.

O conhecimento de fatos é chamado de conhecimento factual – ou, como preferimos, **conhecimento proposicional**. É “saber-que” (*know-that*) certa proposição é o caso. E saber que certa proposição é o caso é saber que ela é verdadeira, seja ela contingentemente verdadeira (como “Porto Alegre é uma capital brasileira”), seja ela necessariamente verdadeira (como “ $2+2=4$ ”). Desse modo, a questão norteadora da nossa pesquisa é adequadamente reformulada como sendo a seguinte: “O que é conhecimento proposicional?”

Dentre os possíveis modos de responder a essa questão, o mais usual na epistemologia contemporânea é oferecer uma definição do conceito de conhecimento através da *análise* dessa noção. Espera-se dessa análise a explicitação das condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para o *analysandum* ‘S sabe que P’ – onde ‘S’ está para um sujeito qualquer, e ‘P’ está para uma proposição qualquer – tal que S sabe que P se e somente se essas condições são satisfeitas.

Embora haja na literatura uma grande diversidade de interpretações quanto ao que se pretende quando se busca analisar algo¹⁰ – como o conhecimento, por exemplo – há uma concepção mínima que é comumente partilhada sobre o que essencialmente vem a ser essa tarefa. A maioria dos epistemólogos concordaria que uma análise procura ou (i) explicar a natureza de algo, ou (ii) o conceito que usamos na linguagem ordinária para referirmo-nos a este algo, através da explicitação dos seus componentes mais básicos.¹¹ Ao analisar o conceito de conhecimento, por exemplo, esperamos identificar os conceitos mais básicos que o compõe, por meio dos quais o possamos explicar. Essa tarefa, em geral, envolve descrever uma lista de

¹⁰ Linda Zagzebski expressa essa preocupação em (ZAGZEBSKI, 1999).

¹¹ Cf. (ICHIKAWA & STEUP, 2012).

condições que são individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para um sujeito, S, saber que P.

2.1.3 O Legado Platônico

Até o início da segunda metade do século XX, a comunidade filosófica aceitava tacitamente uma definição tripartite de conhecimento, a qual remonta à Antiguidade Clássica.¹² As primeiras reflexões epistemologicamente interessantes sobre o conhecimento das quais temos notícia encontram-se em dois diálogos platônicos: o Mênon e o Teeteto. As intuições obtidas da conversa dos personagens desses cenários sobre o conhecimento compõem o que chamaremos de Legado Platônico: uma perspectiva milenar que define o conhecimento em termos de *crença verdadeira justificada*.

O Legado Platônico nasce da investigação sobre a diferença que há entre conhecimento e crença verdadeira. Quando no Mênon, em diálogo, os personagens se perguntavam sobre a natureza do conhecimento, foi observado que a mera crença verdadeira é inferior ao conhecimento porque a *mera* crença verdadeira (por hipótese, não justificada) é *instável*, uma vez que não há nada que a sustente e a mantenha firme. Neste contexto, dizer que uma crença é instável significa dizer que ela poderia ter sido tanto verdadeira quanto falsa, dado o que a produziu – isto é, dada a sua base. Basta notarmos que a crença de um louco varrido que crê inabalavelmente e sem qualquer fundamento que o número de estrelas no céu é ímpar, por exemplo, pode até mostrar-se verdadeira no final das contas; mas, se assim acontecer, o será por pura sorte.¹³ O conhecimento, por sua vez, é *estável*, e por isso mais valioso que a mera

¹² Veja (SHOPE, 1983, p. 12-19), para um comentário sobre a suposta aceitação tácita de uma definição do conhecimento durante toda a história da filosofia, desde os primórdios até a contemporaneidade.

¹³ Muitos epistemólogos apresentam o contraste entre a crença verdadeira e o conhecimento apelando a exemplos que consideram o resultado de uma adivinhação ou suposição que, por sorte, mostra-se verdadeiro. Duncan Pritchard, por exemplo, procurando estar no espírito dos textos platônicos, contrasta a cena de uma adivinhação certa e a cena de uma crença verdadeira justificada que é um item de conhecimento – veja (PRITCHARD, 2014, p. 153). Contudo, essa exposição depende de uma suposição arriscada, a saber, que “adivinhar” é uma forma de “crer” – caso contrário, não haveria comparação entre dois produtos do mesmo tipo, sendo um tipo mais qualificado que outro. Note que costumamos ver a adivinhação como uma aposta que, por natureza, envolve um elemento de sorte, e que não exige qualquer comprometimento epistêmico com a verdade da proposição em que se apostou. Porém, se isso é assim, é ocioso comparar uma adivinhação com um caso de crença verdadeira que é conhecimento, uma vez que a adivinhação parece não precisar envolver crença. Agradecemos a Claudio de Almeida, que nos fez esta observação durante a leitura do rascunho deste ensaio.

crença verdadeira, de modo que não é por pura sorte que alcançamos a verdade do que é conhecido; antes, é porque a nossa crença foi obtida pelas “razões corretas”.

Na tentativa de explicar o que causa essa diferença intuitiva entre conhecimento e crença verdadeira, Sócrates, no *Mênon*, diz ao seu interlocutor que as crenças verdadeiras não são tão valiosas até que você as “amarre” (*tether them*), por assim dizer, “através do exercício da razão/raciocínio” (*by working out the reason*). Assim, se fundamentadas em virtude de serem apoiadas pela razão, elas serão convertidas em conhecimento.¹⁴ Na epistemologia contemporânea, costuma-se chamar esse apoio oferecido às crenças através da razão de *justificação epistêmica*. Por essa razão se compreendia que o conhecimento, além de ser crença verdadeira, deveria ser apoiado por justificação.

2.2 A ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO

É o Legado Platônico que dá origem à chamada Análise Tradicional do Conhecimento¹⁵ – também chamada de *JTB account of knowledge*, para rotulá-la como a “teoria da crença verdadeira justificada.” Trata-se de uma concepção *standard* acerca de quais itens uma análise do conceito de conhecimento deve incorporar para ser correta.¹⁶ Ela é usualmente apresentada da seguinte forma.

S sabe que P se e somente se

- (i) P;
- (ii) S crê que P;
- (iii) S crê justificadamente que P.

Tipicamente, (i) é chamada de Condição da Verdade, (ii) é chamada de Condição da Crença, e (iii) é chamada de Condição da Justificação. As condições da crença e da verdade são

¹⁴ Cf. Platão, *Teeteto*, 97e-98a.

¹⁵ Durante toda esta dissertação, os rótulos “definição platônica de conhecimento”, “análise tradicional de conhecimento”, e “*JTB account*” serão usados intercambiavelmente.

¹⁶ Veja (FELDMAN, 2003, p.15-16).

tomadas como obviamente plausíveis e aceitáveis, e são, tipicamente, o ponto de partida na construção de qualquer epistemologia que procure analisar o conhecimento. As objeções à razoabilidade dessas condições sobre conhecimento são poucas e majoritariamente descartadas como implausíveis.¹⁷ Já a condição da justificação é mais controversa, como veremos no que segue.

2.2.1 A condição da verdade

A inclusão da condição (i) deve-se ao dado linguístico de que ‘saber’ é um verbo factivo – isto é, quando adequadamente empregado, implica a verdade da sentença em que é empregado (assim como o verbo ‘ver’, por exemplo) – de maneira que nós só sabemos que P quando P é verdadeira e, por isso, o fato de que P pode ser objeto de conhecimento. Sendo assim, um sujeito S sabe a proposição expressa pela sentença “Porto Alegre é uma capital brasileira” somente se essa proposição é verdadeira – somente se é o caso que Porto Alegre é uma capital brasileira. A *factividade* é um elemento constitutivo dos verbos ‘saber’ e ‘conhecer’ e, portanto, deve estar presente na análise do conceito de conhecimento.¹⁸

2.2.2 A condição da crença

É plausível que compreendamos a relação entre o sujeito conhecedor e a proposição conhecida como uma relação em que o sujeito *a toma como verdadeira* – uma relação em que o sujeito *a aceita como verdadeira*. Nesse sentido, “tomar como verdadeira” e “aceitar como verdadeira” parecem atitudes proposicionais muito semelhantes à crença.

É quase unanimemente aceita na comunidade filosófica a tese de que conhecimento é um estado doxástico qualificado por elementos externos à vida mental do sujeito (tais como a verdade e fatos sobre a sua justificação ou sobre as suas propriedades contrafactuais).¹⁹ Assim,

¹⁷ Veja algumas das raras objeções às condições da crença e da verdade no verbete “*The Analysis of Knowledge*” em (ICHIKAWA & STEUP, 2012).

¹⁸ Contudo, essa explicação não é unanimemente compartilhada. Veja (HAZLETT, 2010), para a defesa da tese que ‘saber’/ ‘conhecer’ (*know*) não é um verbo factivo.

¹⁹ Dentre os estados doxásticos, encontram-se, pelo menos, a crença, a descrença, a dúvida ou suspensão de juízo, enquanto que há controvérsia quanto à ‘aceitação’, ‘convicção’, ‘suposição’, e mesmo quanto ao ‘saber’.

a maioria dos epistemólogos defende que conhecimento é um tipo específico de *crença* – embora estes mesmos estejam um tanto acuados após Timothy Williamson apresentar a tese de que conhecimento é um estado mental metafisicamente diferente do estado de crença.²⁰

Controvérsias à parte, a razão para a inclusão da condição (ii) na análise tradicional do conhecimento é que a perspectiva *standard* continua sendo afirmar que saber que P implica crer que P, sendo o primeiro, *saber*, um tipo qualificado do último estado, *crer*. E uma vez que o conhecimento é de algum modo apoiado por razões, como foi sugerido anteriormente, ele pode ser plausivelmente compreendido como *uma forma de crer numa proposição verdadeira*.²¹

2.2.3 A condição da justificação

Os antigos já haviam notado que não basta que uma crença seja verdadeira para que ela seja um caso de conhecimento. Como observamos anteriormente, uma crença que é o resultado de uma disfunção cognitiva, loucura, fanatismo, ou preconceito, por exemplo, pode até mostrar-se verdadeira no final das contas, mas o será por pura sorte. E devido ao fato de que uma crença que é apenas fortuitamente verdadeira não nos parece contar como um caso de conhecimento, não obstante o fato de ser acreditada verazmente,²² notou-se que deve haver algum tipo de coisa capaz de converter uma mera crença verdadeira em conhecimento. E os diálogos platônicos indicam que esse elemento é algum tipo de suporte que a razão oferece para *sustentar estavelmente* a crença.

Na epistemologia do século XX até o fim dos anos sessenta, costumava-se admitir que *justificação epistêmica* é o elemento conversor que é capaz de transformar crença verdadeira em conhecimento. Mas, com o advento de novas epistemologias não-evidencialistas sobre o suporte epistêmico conversor de crença verdadeira em conhecimento,²³ muitos passaram a chamar esse elemento de autorização/aval (*warrant*) – por influência dos trabalhos de Alvin Plantinga, fundamentalmente²⁴ – não se comprometendo com a concepção internalista dos termos ‘razão’ e ‘evidência’. Seja como for que o chamemos – e aqui o chamaremos de

²⁰ Veja (WILLIAMSON, 2000).

²¹ Cf. (ZAGZEBSKI, 1999, p. 94).

²² Essa intuição, segundo a qual conhecimento não pode se fortuitamente alcançado, é tipicamente explicada como uma “intuição anti-sorte” (*anti-luck intuition*). Veja (PRITCHARD, 2014).

²³ Isto é, que não envolvem as noções de ‘razão’ e ‘evidência’ nas suas explicações sobre justificação epistêmica.

²⁴ Veja (PLANTINGA, 1993b), para a explicação completa da sua epistemologia não-evidencialista.

‘justificação’ por convenção, apenas – há algo que traz *status* epistêmico positivo à crença verdadeira e é *capaz* de torná-la um caso de conhecimento, e isso deve estar presente na análise que explica o que é conhecimento.

Assim, conhecimento é concebido (i) como algo que é um tipo de estado doxástico qualificado por elementos externos à vida mental do sujeito, (ii) que é factivo, e que (iii) conta com alguma forma de *suporte epistemizador*. Em outras palavras, conhecimento é ou autorizado/avalizado epistemicamente, ou bem-apoiado, ou bem-fundamentado, ou bem-justificado, etc, o que quer que seja que o faz diferente de uma mera crença verdadeira sem *status* epistêmico positivo. Isso explica a inclusão da condição (iii) na Análise Tradicional do Conhecimento.

2.3 SOBRE JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA

Nós recém mencionamos a razão para a inclusão da condição (iii) na Análise Tradicional do Conhecimento. No entanto, em se tratando de justificação epistêmica, há ainda outros esclarecimentos que precisam ser feitos, a começar por uma importante distinção entre os tipos de justificação. Pois embora não tenhamos adicionado qualquer adjetivo extra à condição da justificação no modelo de análise/definição que apresentamos anteriormente, há dois tipos de justificação epistêmica: justificação proposicional e justificação doxástica.

2.3.1 Tipos de justificação

A justificação proposicional é a intitulação epistêmica que os seus justificadores lhe conferem para crer em uma dada proposição. A potencial crença em P, por exemplo, é proposicionalmente justificada para um sujeito quando ele tem *intitulação* para, por ventura, crer nela. Da perspectiva do sujeito que a possui, ter justificação proposicional é ter *permissão epistêmica para crer*. A justificação doxástica, por sua vez, é exclusivamente uma propriedade de crenças que você já mantém. Uma crença é doxasticamente justificada somente quando é

proposicionalmente justificada e quando é causalmente produzida pelo que a justifica proposicionalmente.²⁵

Para tornar mais clara essa distinção, considere a cena de um assassinato investigado pelos conhecidos personagens dos romances policiais, Sherlock Holmes e Dr. Watson. Imagine que todas as evidências indicam que, P, “o mordomo é o culpado.” Holmes, um sujeito racional, sempre crê de acordo com as suas evidências. Neste caso, não é diferente. Ele crê que P com base nas suas evidências que apontam para a culpa do mordomo. Watson, por sua vez, não é tão racional quanto Holmes nesta situação, porque Watson desconfia de todo e qualquer mordomo *sem razões adequadas* para fazê-lo – unicamente por preconceito. Acaba que Watson, que está familiarizado com as mesmas evidências que motivaram o juízo de Holmes, também crê que P, que o mordomo é o culpado. Contudo, Watson não crê que P por causa das evidências que apontam para a culpa do mordomo. Antes, ele crê que P por causa do preconceito que ele mantém contra mordomos.

É importante notarmos que ambos Holmes e Watson tem *justificação proposicional* para na proposição P, “o mordomo é o culpado”, isto é, ambos estão intitulados a crer que P, dadas as evidências disponíveis. No entanto, apenas Holmes tem *justificação doxástica* para a crença em P, isto é, apenas Holmes crê que P com base na sua justificação proposicional para crer que P. Ambos dispõem de uma base adequada para, porventura, sustentar a crença em P, a saber, as evidências que indicam a culpa do mordomo no assassinato. Porém, somente a crença de Holmes é causalmente produzida pelas evidências que indicam a culpa do mordomo. A crença de Watson é produzida por uma razão inadequada para indicar a verdade de qualquer coisa: o preconceito. O tipo de justificação necessária para o conhecimento é a justificação doxástica.

2.3.2 Falibilismo

Uma última suposição sobre justificação epistêmica que nós precisamos assumir aqui é o princípio do *falibilismo*. A grande maioria dos epistemólogos adere à ideia de que uma justificação que é boa para conhecimento não precisa ser uma justificação que garanta a verdade da crença que ela justifica. Caso contrário, haveria uma quantidade pouco significativa de

²⁵ Veja (KLEIN, 2008).

crenças justificadas. Tais crenças seriam apenas em proposições necessariamente verdadeiras justificadas a priori, como “ $2+2=4$ ”, ou de conteúdo fenomênico/experiencial, como “me parece estar chovendo.”

Para que a teorização sobre o conhecimento não se distancie demasiadamente da conversa ordinária sobre o conhecimento, proposições comumente tomadas como itens de conhecimento, tal como “Porto Alegre é uma capital brasileira” e “minha namorada tem 21 anos” devem ser também capazes de receber *status* epistêmico positivo. Por essa razão, nós estaremos assumindo – como a maioria dos epistemólogos – que um sujeito S pode estar doxasticamente justificado em crer uma proposição P, e P pode ser falsa. Isso é o falibilismo.

Nesse sentido, o falibilismo assegura-nos que crenças verdadeiras possam contar como casos de conhecimento ainda que aquilo que as justifique epistemicamente não garanta a verdade delas, deixando, assim, que a *possibilidade de erro* não impeça ninguém de obter conhecimento.²⁶

Agora, onde está a soleira falibilista entre a crença justificada e a crença injustificada? Qual é o limiar que a sua crença deve alcançar a fim de ser falivelmente justificada? Essas são outras questões, sobre as quais há um vívido debate na área. A vaguidade que pode ser inerente a qualquer tentativa de resposta aqui é uma séria preocupação para as teorias da justificação. Nós, porém, não nos ocuparemos com tais dificuldades, uma vez que, do nosso ponto de vista, elas não incidem decisivamente sobre nenhum dos resultados que alcançaremos.²⁷

Embora não pretendamos dizer o que faz uma crença justificada, e com que força o faz, nós diremos, no próximo capítulo o que faz uma crença *injustificada* – o que permitirá ganharmos *insights* sobre qual é a medida razoável de justificação falibilista. Passemos, agora, ao ataque de Gettier.

²⁶ A epistemologia falibilista enfrenta uma série de dificuldades para conciliar conhecimento com a possibilidade de erro. Veja esse problema em (FANTL & MCGRATH, 2009).

²⁷ Stephen Hetherington discorda energicamente do que recém alegamos. Ele acredita que, ao contrário do que dissemos, a pergunta sobre onde passa a soleira que indica a medida da justificação falível que uma crença precisa para ser justificada (e possivelmente conhecida) é uma pergunta que incide diretamente sobre o problema de Gettier. Na realidade, é justamente por passar ilesa que aquela pergunta *cria* o problema de Gettier, pois se nós nos dignássemos a responder àquela questão, veríamos que o problema de Gettier não passa de um pseudo-problema que criamos para nós mesmos ao não entendermos adequadamente o falibilismo quanto à justificação. Veja (HETHERINGTON, 2012).

2.4 O PROBLEMA DE GETTIER

Em 1963, o filósofo Edmund Gettier publicou um artigo de apenas três páginas intitulado *Is Justified True Belief Knowledge?*²⁸ Nesse artigo, Gettier refuta a Análise Tradicional do Conhecimento baseada no Legado Platônico que descrevíamos nas seções anteriores. Através de dois contraexemplos, Gettier mostrou que há casos nos quais é possível que acreditemos veraz e justificadamente em uma proposição sem que tenhamos conhecimento dela – o que prova, como veremos, que as três condições da análise tradicional não são suficientes para analisar o conceito de conhecimento.

Como o próprio Gettier deixou claro, para que seus contraexemplos funcionem, dois princípios epistêmicos devem ser assumidos. São eles:

- (I) **Falibilismo:** Um sujeito, S, pode estar doxasticamente justificado em crer uma proposição, P, e P pode ser falsa.
- (II) **Fecho epistêmico:** Se um sujeito, S, está doxasticamente justificado em crer uma proposição, P, e P acarreta Q, e S passa a crer que Q em virtude de deduzi-la validamente de P, então S está doxasticamente justificado em crer que Q.^{29,30}

Nos contraexemplos de Gettier, o protagonista tem uma crença falsa que é doxasticamente justificada para ele. A proposição que é o conteúdo dessa crença falsa implica logicamente uma certa proposição verdadeira. De acordo com o princípio de Fecho Epistêmico, se ele passa a crer na proposição implicada em virtude de deduzi-la da proposição falsa que ele crê, então ele está doxasticamente justificado em crer na proposição implicada. O protagonista, em cada um dos casos Gettier, acaba com uma crença verdadeira justificada que, porém, não nos parece contar como um caso de conhecimento, uma vez que é apenas uma feliz coincidência

²⁸ Veja (GETTIER, 1963).

²⁹ No original, em inglês: “Fallibilism: A person, S, can be doxastically justified in believing a proposition, *p*, and *p* can be false. Closure: If a person, S, is doxastically justified in believing a proposition, *p*, and *p* entails *q*, and S comes to believe that *q* on the basis of deducing it from *p*, then S is doxastically justified in believing that *q*.” Cf. (KLEIN, 2008, p. 35).

³⁰ A aceitação desse princípio (e dos seus corolários) é altamente controversa na literatura. Veja o debate sobre os princípios de fecho epistêmico em (LUPER, 2010) e (DE ALMEIDA, 2012).

que ela seja verdadeira, dada a situação dele.³¹ Aqui está o primeiro daqueles casos. Vamos considerá-lo.

Caso I: Suponha que Smith e Jones se candidataram para um determinado emprego. E suponha que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição conjuntiva: (D) Jones é o cara que conseguirá o emprego, e Jones tem dez moedas em seu bolso. A evidência de Smith para (D) pode ser que o presidente da empresa lhe assegurou que no fim das contas Jones seria selecionado, e que ele, Smith, contou as moedas no bolso de Jones dez minutos atrás. A proposição (D) implica: (E) O cara que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso. Vamos supor que Smith vê a implicação de (D) e aceita (E) com base em (D), para a qual ele tem forte evidência. Nesse caso, Smith está claramente justificado em crer que (E) é verdadeira. Mas imagine, ainda por cima, que sem que Smith o saiba, ele próprio, não Jones, conseguirá o emprego. E, também sem que Smith o saiba, ele próprio tem dez moedas em seu bolso. Então, a proposição (E) é verdadeira, embora a proposição (D), da qual ele inferiu (E), seja falsa.³²

O protagonista, Smith, tem crença verdadeira e justificada em E, “o cara que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso”, mas ele não parece saber que E. Intuitivamente, há algo errado com a situação epistêmica dele. Considerando a evidência de Smith e as razões pelas quais ele acredita que E, é pura sorte que ele tenha chegado à verdade. Se ele não acreditasse que a proposição falsa D, “Jones é o cara que conseguirá o emprego, e Jones tem dez moedas em seu bolso”, era verdadeira, ele não teria razão alguma para crer que E. Contudo, é verdade que quem ficará com o emprego tem dez moedas no bolso. Mas, não porque Jones é esse cara; antes, porque Smith, ele próprio, tem dez moedas no bolso e ficará com o emprego – fatos dos quais Smith não fazia ideia. É possível percebermos que há uma conexão *epistemicamente pobre* entre a justificação de Smith para crer que E e a razão pela qual a proposição E é verdadeira. Considere, agora, o segundo caso:

Caso II: Vamos supor que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição: (F) Jones possui um Ford. A evidência de Smith poderia ser que ele recorda que Jones sempre teve um carro, e que sempre foi um Ford. E que Jones recém ofereceu uma carona a Smith, enquanto dirigia um Ford. Vamos imaginar agora que Smith tem outro amigo, Brown, o qual ele não faz ideia de onde está. Smith seleciona aleatoriamente o nome de três lugares e constrói as seguintes três proposições: (G) ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Boston; (H) ou Jones possui um Ford, ou Brown está em

³¹ A expressão “feliz coincidência” foi cunhada por Klein para caracterizar o fenômeno da Gettierização em (KLEIN, 1971).

³² No original em inglês: “Case I: Suppose that Smith and Jones have applied for a certain job. And suppose that Smith has strong evidence for the following conjunctive proposition: (d) Jones is the man who will get the job, and Jones has ten coins in his pocket. Smith’s evidence for (d) might be that the president of the company assured him that Jones would in the end be selected, and that he, Smith, had counted the coins in Jones’s pocket ten minutes ago. Proposition (d) entails: (e) The man who will get the job has ten coins in his pocket. Let us suppose that Smith sees the entailment from (d) to (e), and accepts (e) on the grounds of (d), for which he has strong evidence. In this case, Smith is clearly justified in believing that (e) is true. But imagine, further, that unknown to Smith, he himself, not Jones, will get the job. And, also, unknown to Smith, he himself has ten coins in his pocket. Proposition (e) is then true, though proposition (d), from which Smith inferred (e), is false.” (GETTIER, 1963, p. 122).

Barcelona; (I) ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Brest-Litovsk. Cada uma dessas proposições é acarretada por (F). Imagine que Smith percebe o acarretamento de cada uma dessas proposições que ele construiu em virtude de (F), e passa a aceitar (G), (H), e (I) com base em (F). Smith inferiu corretamente (G), (H), e (I) de uma proposição para qual ele tem forte evidência. Portanto, Smith está completamente justificado em crer cada uma dessas três proposições. É claro, Smith não faz ideia de onde Brown está. Mas imagine, agora, que duas outras condições se dão. Primeiro, Jones não possui um Ford, mas está dirigindo um carro alugado. E segundo, por pura coincidência, e sem que Smith o saiba, o local mencionado na proposição (H) é onde Brown de fato está. Se essas duas condições se dão, então Smith não sabe que (H) é verdadeira, embora (i) (H) é de fato verdadeira, (ii) Smith crê que (H) é verdadeira, e (iii) Smith está justificado em crer que (H) é verdadeira.³³

Igualmente, no caso acima, parece-nos que é apenas uma feliz coincidência que o protagonista tenha chegado à verdade. Afinal de contas, a única razão pela qual ele crê a proposição verdadeira “ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Barcelona” é que ele crê que Jones possui um Ford. Lembre-se de que ele não faz ideia de onde Brown está. Para o seu azar, Jones não possui um Ford. Mas, para a sua sorte, Brown está em Barcelona. Fortuitamente, ele acaba com crença verdadeira justificada. Mas essa crença não parece contar como um caso de conhecimento.

A premissa assumindo que nos casos Gettier o protagonista que crê veraz e justificadamente na crença-alvo não tem conhecimento dela é endossada pela maioria dos epistemólogos e é uma consideração fundamental na formulação de suas epistemologias.³⁴

De acordo com a Análise Tradicional do Conhecimento, se S crê justificadamente que P e P é verdadeira, então S sabe que P. No **Caso I** de Gettier, por exemplo, S – Smith – crê

³³ No original, em inglês: “Let us suppose that Smith has strong evidence for the following proposition: (f) Jones owns a Ford. Smith's evidence might be that Jones has at all times in the past within Smith's memory owned a car, and always a Ford, and that Jones has just offered Smith a ride while driving a Ford. Let us imagine, now, that Smith has another friend, Brown, of whose whereabouts he is totally ignorant. Smith selects three place-names quite at random, and constructs the following three propositions: (g) Either Jones owns a Ford, or Brown is in Boston; (h) Either Jones owns a Ford, or Brown is in Barcelona; (i) Either Jones owns a Ford, or Brown is in Brest-Litovsk. Each of these propositions is entailed by (f). Imagine that Smith realizes the entailment of each of these propositions he has constructed by (f), and proceeds to accept (g), (h), and (i) on the basis of (f). Smith has correctly inferred (g), (h), and (i) from a proposition for which he has strong evidence. Smith is therefore completely justified in believing each of these three propositions. Smith, of course, has no idea where Brown is. But imagine now that two further conditions hold. First, Jones does not own a Ford, but is at present driving a rented car. And secondly, by the sheerest coincidence, and entirely unknown to Smith, the place mentioned in proposition (h) happens really to be the place where Brown is. If these two conditions hold then Smith does not know that (h) is true, even though (i) (h) is true, (ii) Smith does believe that (h) is true, and (iii) Smith is justified in believing that (h) is true.” (GETTIER, 1963, p. 122-3).

³⁴ A mais destacável exceção dentre eles é Stephen Hetherington. Ele acredita que o sujeito gettierizado – isto é, que é protagonista de um cenário similar aos cenários dos contraexemplos de Gettier – tem conhecimento da crença gettierizada, tal que o tipo de sorte que é usualmente tomada como sendo incompatível com conhecimento não é, para Hetherington, de modo algum, algo que garanta a ausência de conhecimento nos casos Gettier. A sua defesa mais recente dessa tese está em (HETHERINGTON, 2014).

justificadamente que E, “o cara que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso”, e, além disso, é verdade que o cara que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso. Dessa forma, a Análise Tradicional diz que Smith sabe que E. Todavia, é óbvio que Smith não sabe que E. Afinal de contas, ele só chega à verdade de E por sorte. Portanto, a Análise Tradicional do Conhecimento é muito *fraca*, porque ela permite que casos de ignorância contem como casos de conhecimento.³⁵ Note que o mesmo raciocínio se aplica ao **Caso II**. E foi assim que Gettier mostrou que conhecimento não é crença verdadeira justificada.

Mas se conhecimento não é crença verdadeira justificada, o que ele é? Em primeiro lugar, é bom lembrarmos que Gettier refutou a *suficiência* da Análise Tradicional, isto é, ele mostrou que não basta que as condições da verdade, da crença, e da justificação sejam satisfeitas para que se produza conhecimento para o sujeito. Gettier, contudo, não atacou a *necessidade* dos itens presentes naquela análise. Note que Gettier não atacou a afirmação de que aquelas condições são individualmente necessárias para analisar o conceito de conhecimento; ele apenas mostrou que elas não são conjuntamente suficientes para fazê-lo.

Desse modo, duas atitudes podem ser plausivelmente tomadas a fim de que alcancemos uma análise do conhecimento bem sucedida. A primeira é encontrar uma ou mais condições que somadas às três condições originais constituam uma análise irrefutável.³⁶ A segunda é fazer algum movimento mais ousado que repense a necessidade das três condições originais e que inclua o que é necessário para evitar casos como os de Gettier.³⁷

Vemos, assim, que o problema de Gettier, como escreve Robert Shope, é descobrir uma boa resposta para a seguinte questão: “Como a análise tradicional deve ser alterada de modo que os *casos Gettier* não constituam contraexemplos à análise modificada (e sem tornar a análise suscetível a mais objeções)?”³⁸

Não pensemos, porém, que se trata de uma tarefa simples. Pois, ao pretendermos que os casos Gettier não constituam contraexemplos a qualquer análise modificada, estamos assumindo uma tarefa difícil. Isto porque há uma grande variedade de casos Gettier na literatura,

³⁵ Naturalmente, isso só é assim se as nossas fortes intuições sobre a ausência de conhecimento nos Casos I e II de Gettier podem servir como boa evidência para condenar um veredito contrário, tal como o entregue pela Análise Tradicional do Conhecimento.

³⁶ As teorias de Clark, Lehrer, e Klein exemplificam essa atitude. Veja (CLARK, 1963), (LEHRER, 1965), e (KLEIN, 1971).

³⁷ A teoria causal de Goldman, e as teorias de Nozick, e Sosa exemplificam essa atitude. Veja (GOLDMAN, 1967), (NOZICK, 1981), e (SOSA, 1999).

³⁸ (SHOPE, 1998, CD-ROM).

os quais, por sua vez, podem diferir bastante dos casos originais – e diferem!³⁹ A diversidade desses casos dificulta tremendamente o trabalho dos epistemólogos ao tentar formular uma análise do conhecimento satisfatória. A análise modificada precisará proteger “todas as frentes”, por assim dizer, e não apenas oferecer tratamentos localizados. Isso ficará claro na exposição que segue.

2.5 OS CASOS GETTIER

Ao longo dos últimos 50 anos, muitas tentativas de solução ao problema de Gettier foram propostas na literatura. Cada uma delas encontrou uma explicação para a ausência de conhecimento nas crenças gettierizadas. Posteriormente às suas publicações, essas tentativas de solução foram elas próprias refutadas por novos contraexemplos, à medida que novos tipos de *Gettierização* (isto é, tipos de casos Gettier) foram sendo noticiados.⁴⁰

É sensato dizer que nós só saberemos se uma resposta ao problema de Gettier é bem-sucedida quando pudermos ver que ela exclui ao menos os tipos de *Gettierização* já concebidos. Como o objetivo central desta dissertação é apresentar a teoria da anulabilidade como uma bem-sucedida resposta ao problema de Gettier, nós precisamos saber se ela é capaz de entregar os vereditos corretos em face dos diferentes casos de *Gettierização*. Para este fim, o restante deste capítulo pretende oferecer uma tipologia dos casos Gettier. Nós os vamos classificar (i) quanto à forma e (ii) quanto ao conteúdo. Primeiro, reuniremos uma significativa amostra de casos Gettier, cada um deles exemplificando diferentes possíveis formas de *Gettierização*. Depois, faremos uma categorização dos casos quanto ao elemento que impede a aquisição de conhecimento.⁴¹

³⁹ Robert Shope, já em 1983, apresentou um inventário de casos Gettier com quase 100 exemplares. Veja (SHOPE, 1983).

⁴⁰ Veja bons resumos desse drama em (LYCAN, 2006), e (TURRI, 2012).

⁴¹ Veja (BORGES & DE ALMEIDA & KLEIN, a ser publicado), para uma clarificação sobre o que conta como um caso Gettier.

2.5.1 Tipologia dos casos Gettier: quanto à forma

a) Caso Gettier sem dependência de falsidade

O que é a Gettierização que qualquer análise do conhecimento satisfatória deve impedir? Com base nos exemplares que temos até agora – os casos originais de Gettier – podemos oferecer uma primeira tentativa de resposta. Nos casos originais de Gettier, o protagonista acaba com uma crença verdadeira que está justificada inferencialmente *com base em uma crença falsa*, por sua vez, também justificada. Poderíamos, então, concluir que um caso Gettier é um caso de crença-conclusão verdadeira e justificada com base em uma crença-premissa falsa e também justificada, sendo que a crença-conclusão mostra-se verdadeira por pura sorte, e não em virtude da justificação que a crença-premissa oferece a ela.

Entendendo a Gettierização dessa forma, Michael Clark, imediatamente após a publicação de Gettier, propôs o que parecia ser uma solução certa ao problema: a *No False-Lemmas account*.⁴² Sua proposta era a seguinte: incluamos na Análise Tradicional uma quarta condição exigindo algo tal como “a crença-conclusão de que P não é justificada com base em uma crença-premissa falsa”. Os casos Gettier que Clark conhecia ao propor essa solução não eram capazes de satisfazer essa condição, e isso explicava porque eles não contavam como casos de conhecimento.

Mas, para a infelicidade da proposta de Clark, ter uma premissa falsa não é essencial para haver Gettierização. Considere este caso, por exemplo.

Lamborghini herdada: Um dos alunos da Dra. Lamb, Linus, diz a ela que ele possui uma Lamborghini, e oferece a ela abundante evidência de que ele possui esse automóvel. (Ele mostra a ela os documentos do carro, dá carona a ela, estaciona o carro na sua garagem, etc.) Dra. Lamb está convencida: Linus possui uma Lamborghini – ela assim o crê. O que ela não sabe sobre Linus é que ele foi insincero. Na realidade, ele prometeu a um primo, que tem o seu mesmo nome e data de nascimento, que ele tomaria conta do carro do primo enquanto o primo estivesse viajando. Ele, então, bolou toda a história sobre ser o dono da Lamborghini a fim de impressionar a Dra. Lamb. Mas, sem que Linus o soubesse, o seu primo morreu logo depois e o testamento ainda não revelado dele dá a Linus a posse do carro. Embora ele, Linus, não saiba de nada disso enquanto faz a sua cena, Linus possui a Lamborghini desde o momento em que ele botou as suas mãos nela.⁴³

⁴² Veja (CLARK, 1963). Para ter contato com propostas similares a de Clark, veja ainda (HARMAN, 1973) e (LYCAN, 2006).

⁴³ No original em inglês: “Lucky Lamb: One of Dr. Lamb’s students, Linus, tells her that he owns a Lamborghini, and offers Dr. Lamb abundant evidence that he owns the car. (He shows her the title, gives her a ride, parks the car in his garage, etc.) Dr. Lamb is convinced: Linus does own a Lamborghini, she now believes. What she doesn’t know about Linus is that he has been insincere. He promised to a cousin of his who happens to have the same name and birthdate that he would take care of the cousin’s car while the cousin is on a trip. He

Tanto quanto se pode ver, não há qualquer crença falsa no raciocínio da Dra. Lamb levando-a à conclusão de que Linus é o proprietário da Lamborguini. A Dra. Lamb poderia ter realizado o seguinte raciocínio abduativo: “Linus se comporta como o dono da Lamborguini em vários sentidos, e eu não tenho evidência de que ele é algum tipo de farsante; portanto, ele é o dono daquela Lamborguini que ele dirige.” Assim, é possível vermos que esse caso (i) não depende de qualquer premissa falsa, (ii) é um caso de crença verdadeira justificada, e (iii) não parece contar como um caso de conhecimento. Portanto, a *No-False-Lemmas account* está fora do páreo, mostrando-se incapaz de explicar precisamente o que é a Gettierização e, assim, incapaz de oferecer uma solução ao problema de Gettier.

b) Caso Gettier sem raciocínio envolvido

Embora o caso **Lamborguini Herdada** tenha revelado um aspecto sobre a natureza dos casos Gettier – a saber, que não precisa haver qualquer premissa falsa no raciocínio do protagonista para haver Gettierização – ele ainda partilha uma característica com os casos originais de Gettier: é um caso de inferência, isto é, é um caso que envolve raciocínio. Mas a inferência também não é uma característica essencial dos casos Gettier. Vejamos o seguinte exemplo.

Cachorro Ovelhudo: Uma pessoa considera haver uma ovelha no campo, e faz isso sob condições que são tais que, quando uma pessoa considera haver uma ovelha no campo sob aquelas condições, então é evidente para aquela pessoa que há uma ovelha no campo. No entanto, aquela pessoa confundiu um cachorro com uma ovelha, de modo que o que ela vê não é uma ovelha absolutamente. Não obstante, há uma ovelha em outra parte do campo. Por isso a proposição de que existe uma ovelha no campo será uma proposição que é verdadeira e evidente, e será uma proposição que aquela pessoa aceita. Mas a situação não nos permite dizer que a pessoa sabe que há uma ovelha no campo.⁴⁴

then concocted the story about being a Lamborghini owner in order to impress Dr. Lamb. But, unbeknownst to Linus, his cousin died shortly afterwards, and the cousin’s unopened will gives Linus the car. Although he did not know it when he put on his show of wealth, Linus has owned the Lamborghini ever since he laid hands on it.” (DE ALMEIDA & FETT, 2015).

⁴⁴ No original, em inglês: “A person *takes* there to be a sheep in the field and does so under conditions which are such that, when under those conditions a person takes there to be a sheep in the field, then it is *evident* for that person that there is a sheep in the field. The person, however, has mistaken a dog for a sheep and so what he sees is not a sheep at all. Nevertheless it happens that there *is* a sheep in another part of the field. Hence, the proposition that there is a sheep in the field will be one that is both true and evident and it will also be one that the person accepts. But the situation does not warrant our saying that the person *knows* that there is a sheep in the field.” (CHISHOLM, 1989, p. 93).

Esse é um caso de percepção apenas; sem raciocínio.⁴⁵ Também é um caso de crença verdadeira justificada que não nos parece contar como um caso de conhecimento. Acabamos de ganhar mais uma pista sobre a natureza da Gettierização.

c) Caso Gettier com indução enumerativa

Há casos Gettier nos quais não há premissa falsa, e há casos Gettier nos quais não há sequer raciocínio. Vejamos agora um caso Gettier em que há raciocínio com *indução enumerativa* – diferentemente dos casos originais de Gettier, nos quais havia apenas raciocínio *dedutivo*, e diferentemente do caso **Lamborguini Herdada**, no qual havia *abdução/inferência à melhor explicação*.

Os Vizinhos: Suponha que eu creio (verazmente) que os meus vizinhos estão em casa. A minha crença é baseada em bom raciocínio partindo da crença verdadeira de que eu vejo luzes ligadas e que, no passado, as luzes estavam ligadas apenas quando eles estavam em casa. Mas suponha, além disso, que desta vez as luzes foram ligadas por um convidado e que os meus vizinhos recém entraram na casa e não teriam tido tempo para ligar as luzes. Neste caso, eu não sei que os meus vizinhos estão em casa.⁴⁶

A variedade das formas dos casos Gettier dos quais temos notícia é esgotada aqui. Vejamos agora a variedade das tentativas de categorizar o fenômeno da Gettierização quanto ao elemento que impede a aquisição de conhecimento – isto é, categorizar identificando o que é incompatível com o conhecimento e que, portanto, precisa ser eliminado.

2.5.2 Tipologia dos casos Gettier: quanto ao conteúdo

A segunda parte da nossa tipologia dos casos Gettier procura categorizar a Gettierização como um fenômeno que exhibe uma característica específica, a qual é incompatível com a presença do conhecimento. Nós, ao final desta seção, apresentaremos a nossa explicação

⁴⁵ Há quem pense que este é um caso de raciocínio, uma vez que há premissas implícitas sobre o que conta como um animal naquele campo, cuja descrição é omitida na redação do caso. Veja (FELDMAN, 2003), por exemplo. No entanto, trata-se de uma posição minoritária.

⁴⁶ No original, em inglês: “Suppose that I believe (truly) that my neighbors are at home. My belief is based upon good reasoning from my true belief that I see lights on and that, in the past, the lights have been on only when they were at home. But suppose further that this time the lights were turned on by a guest and that my neighbors had just entered the house and would not have had time to turn on the lights. In this case, I fail to know that my neighbors are home.” (KLEIN, 1998, p. 268).

predileta: a explicação anulabilista – o que será um prelúdio para o capítulo seguinte. Nós acreditamos que a explicação anulabilista é mais geral do que todas as outras expostas, tendo a capacidade de reunir as suas intuições centrais. Considere, agora, os tipos de Gettierização quanto ao que a faz incompatível com o conhecimento.

a) Gettierização e crenças falsas

É possível entender os casos Gettier como casos nos quais o protagonista infere justificadamente uma conclusão verdadeira de uma premissa falsa que ele também crê justificadamente. Os casos originais de Gettier – **Caso I** e **Caso II** – são exemplos desse tipo de Gettierização.

b) Gettierização e a desconexão entre justificação/causação e verdade

Também é possível entender os casos Gettier como casos nos quais o protagonista crê justificadamente em uma proposição verdadeira, mas o que causa ou justifica doxasticamente a sua crença nessa proposição não é conectado ao que a faz verdadeira, de modo que a conexão entre a sua justificação ou o seu método de formação e causação de crença e a verdade da crença é de algum modo *defectiva*, tal que é impossível a aquisição de conhecimento. Um exemplo desse tipo de Gettierização é o caso **Cachorro Ovelhudo**, apresentado anteriormente.

c) Gettierização e ambientes anormais

Há quem entenda os casos Gettier como casos nos quais o protagonista crê justificadamente em uma proposição verdadeira, mas o ambiente anormal no qual ele se encontra faz com que a conexão entre a sua justificação e a verdade da crença seja muito *frágil*, tal que com aquela justificação naquele ambiente ele muito facilmente poderia ter acreditado em uma falsidade. Por essa razão, é um golpe de sorte, por assim dizer, que a sua justificação naquele ambiente o tenha conduzido à verdade. Para exemplificar esse tipo de gettierização, considere o seguinte caso.

Celeiros Falsos: Henry está dirigindo em uma cidade do interior com o seu filho. Para a edificação da criança, Henry identifica vários objetos da paisagem à medida que eles aparecem. “Aquilo é uma vaca”, diz Henry, “Aquilo é um trator”, “Aquilo é um celeiro”, etc. Henry não tem dúvida sobre a identidade desses objetos; em particular, ele não tem dúvida de que o último objeto mencionado é um celeiro, o que de fato ele é. Cada um dos objetos identificados tem características próprias do seu tipo. Além disso, cada objeto está totalmente à vista, Henry tem excelente visão, e ele tem tempo

suficiente para olhar para eles razoável e cuidadosamente, uma vez que há pouco tráfego para distraí-lo. Dadas essas informações, nós diríamos que Henry sabe que o objeto é um celeiro? A maioria de nós teria pouca hesitação em dizer isso, enquanto nós não estivéssemos em certo estado de espírito filosófico. Contraste a nossa inclinação aqui com a inclinação que nós teríamos se nos fosse dada alguma informação adicional. Suponha que nos é dito que, sem que Henry o soubesse, o distrito em que ele recém entrou está cheio de fachadas de celeiro de papier-mâché. Da estrada, essas fachadas se parecem exatamente com celeiros, mas são, na realidade, fachadas, sem paredes dos fundos ou interiores, bastante incapazes de serem usadas como celeiros. Elas são tão engenhosamente construídas que viajantes invariavelmente as confundem com celeiros. Tendo recém entrado no distrito, Henry não encontrou nenhuma fachada de celeiro; o objeto que ele vê é um celeiro genuíno. Mas se o objeto naquele local fosse uma fachada de celeiro, Henry o confundiria com um celeiro.⁴⁷

Note como, nesse caso, embora Henry acabe com crença verdadeira e justificada (porque, por hipótese, ele tem boa justificção perceptual para crer que o que parece a ele ser um celeiro é de fato um celeiro), ele encontra-se em um ambiente enganador, no qual ele muito facilmente obteria crença falsa sobre a presença de celeiros no local. Para a sorte dele, ele olhou justamente para o celeiro genuíno, e não para os outros tantos celeiros falsos. Vemos, assim, que a falta de capacidade discriminatória do aparato perceptual de Henry *naquele ambiente* é o que impede a produção de conhecimento daquilo que ele crê veraz e justificadamente.⁴⁸

d) Gettierização e a conexão epistemicamente pobre entre justificção e verdade

Ainda é possível entender os casos Gettier como casos nos quais o protagonista crê justificadamente em uma proposição verdadeira, mas o ambiente é de tal modo manipulado que, embora com aquela justificção (ou ainda, aplicando o mesmo método de formação de crenças) ele dificilmente creria falsamente – e sem que o ambiente no qual ele se encontra seja enganador – ainda assim a conexão entre a sua justificção e a verdade da crença é

⁴⁷ No original, em inglês: “Henry is driving in the country-side with his son. For the boy's edification Henry identifies various objects on the landscape as they come into view. “That's a cow,” says Henry, “That's a tractor,” “That's a silo,” “That's a barn,” etc. Henry has no doubt about the identity of these objects; in particular, he has no doubt that the last-mentioned object is a barn, which indeed it is. Each of the identified objects has features characteristic of its type. Moreover, each object is fully in view, Henry has excellent eyesight, and he has enough time to look at them reasonably carefully, since there is little traffic to distract him. Given this information, would we say that Henry knows that the object is a barn? Most of us would have little hesitation in saying this, so long as we were not in a certain philosophical frame of mind. Contrast our inclination here with the inclination we would have if we were given some additional information. Suppose we are told that, unknown to Henry, the district he has just entered is full of papier-mâché facsimiles of barns. These facsimiles look from the road exactly like barns, but are really just facades, without back walls or interiors, quite incapable of being used as barns. They are so cleverly constructed that travelers invariably mistake them for barns. Having just entered the district, Henry has not encountered any facsimiles; the object he sees is a genuine barn. But if the object on that site were a facsimile, Henry would mistake it for a barn.” (GOLDMAN, 1976, p. 772-773).

⁴⁸ Embora estejamos ratificando o juízo mais popular sobre esse caso dos celeiros falsos, na literatura epistemológica há quem entregue o veredito contrário, alegando que se trata de um caso de conhecimento. Veja (SOSA, 2010).

epistemicamente pobre, no sentido de que a nossa intuição nos alerta sobre a ausência de algo para que atribuamos conhecimento ao sujeito. Essa intuição sobre haver uma conexão epistemicamente pobre entre a justificação e a verdade da crença impede que o *status* epistêmico do sujeito faça jus à máxima platônica segundo a qual *conhecimento é a forma mais valiosa de crença verdadeira*, e, portanto, mais rica epistemicamente.⁴⁹ Para exemplificar esse tipo de Gettierização, considere o seguinte caso.

Temp: Temp forma as suas crenças sobre a temperatura na sala consultando um termômetro. As suas crenças assim formadas são altamente confiáveis, visto que qualquer crença que ele formar por meio desta base será sempre correta. Além disso, ele não tem razão alguma para pensar que há algo de errado com esse termômetro. Mas o termômetro está quebrado e está oscilando aleatoriamente dentro de uma certa extensão. Sem que Temp o saiba, há um agente escondido na sala que está controlando o termostato e cujo trabalho é garantir que toda vez que Temp consultar o termômetro, o termômetro mostrará a temperatura que corresponde à temperatura da sala.⁵⁰

Observe que, embora (i) Temp acabe com crença verdadeira justificada (nesse mundo e nos mundos próximos em que ele forma crenças sobre a temperatura da sala por meio daquela mesma base), (ii) ele não se encontre em um ambiente sortudo (como Henry, no caso **Celeiros Falsos**, se encontra) – ao contrário, a verdade da sua crença, longe de ser um acidente, está garantida pelas ações do agente escondido manipulador de termômetros – e (iii) ele tenha boa justificação perceptual para crer que a temperatura que ele vê o termômetro marcar é a temperatura correta, Temp, ainda assim, não parece ter conhecimento. Intuitivamente, há algo de errado entre a sua justificação e a verdade da sua crença, por mais estável e segura que seja essa conexão (garantida pela vigilância do agente escondido). A crença-alvo de Temp não se parece com o que esperaríamos de um item de conhecimento, e a nossa explicação para isso (como iremos expor na próxima subseção) é que há uma informação que Temp não possui revelando a verdadeira e estranha razão pela qual a sua crença acaba sendo verdadeira.⁵¹

⁴⁹ Peter Klein apresenta essa intuição platônica em detalhes e procura investigar quais são as epistemologias no mercado que melhor a acomodam. Veja (KLEIN, 2012).

⁵⁰ No original, em inglês: “Temp: Temp forms his beliefs about the temperature in the room by consulting a thermometer. His beliefs, so formed, are highly reliable, in that any belief he forms on this basis will always be correct. Moreover, he has no reason for thinking that there is anything amiss with this thermometer. But the thermometer is in fact broken, and is fluctuating randomly within a given range. Unbeknownst to Temp, there is an agent hidden in the room who is in control of the thermostat whose job it is to ensure that every time Temp consults the thermometer the ‘reading’ on the thermometer corresponds to the temperature in the room.” (PRITCHARD, 2012, p. 260).

⁵¹ É importante observarmos que nem todos estão prontamente dispostos a tomar Temp como um caso de Gettierização. Pode não ser óbvio, para alguns, que há uma conexão epistemicamente pobre/ruim (responsável por impedir a aquisição de conhecimento) entre a justificação de Temp e a verdade da sua crença. Para anulabilistas, pode não ser óbvio que o derrotador da justificação de Temp seja um derrotador genuíno.

2.5.3 Gettierização e o conjunto total de verdades

Nós acreditamos que toda essa variedade de casos Gettier – que diferem ou quanto à forma ou quanto ao modo em que a Gettierização é efetivada – pode ser explicada do seguinte modo. Primeiro, a Gettierização acontece quando o sujeito tem crença verdadeira justificada em P, mas a sua justificação para crer que P é *defectiva*. Segundo, a justificação de S para crer que P é defectiva quando ela é prejudicada pela adição de proposições verdadeiras ao sistema de crenças de S – isto é, quando S perde toda ou parte da sua justificação para crer que P, caso ele passe a crer uma certa verdade. Essa é a explicação anulabilista dos casos Gettier.

O capítulo seguinte oferecerá todas as ferramentas para uma apresentação completa da explicação anulabilista da Gettierização. Após estar familiarizado com essa explicação, o leitor poderá voltar aos muitos casos apresentados neste capítulo para testar, em face deles, a eficácia da teoria da anulabilidade.

3 ANULABILIDADE EPISTÊMICA

Há dois sentidos nos quais a noção de anulabilidade epistêmica pode ser compreendida. Num primeiro sentido, a anulabilidade epistêmica tem a ver com o modo em que a justificação epistêmica que um corpo evidencial fornece para a crença em uma proposição é *anulada* (seja por ser enfraquecida ou por ser completamente destruída). Num segundo sentido, a anulabilidade epistêmica tem a ver com o modo em que um sujeito é impedido de adquirir conhecimento de uma proposição porque a sua justificação para crer naquela proposição mostra-se *defectiva* por não resistir à adição de mais verdades ao sistema doxástico do sujeito. O primeiro sentido diz respeito à justificação epistêmica exclusivamente, e o segundo sentido diz respeito ao conhecimento.

Este capítulo trata dos dois sentidos em que o termo ‘anulabilidade’ é empregado em epistemologia. Uma vez que a teoria da anulabilidade proposta por Peter Klein – nosso objeto central nesta dissertação – tem essa noção como seu núcleo conceitual, é indispensável que a tratemos detalhadamente.

Primeiramente, veremos como a noção de anulabilidade epistêmica surge na epistemologia contemporânea através de uma analogia com o uso dessa noção na teorização em ética, que Roderick Chisholm buscou estabelecer. Em seguida, veremos o lugar próprio da anulabilidade em epistemologia dadas certas exigências mínimas acerca da justificação epistêmica, neutras o suficiente para que possam ser acomodadas por qualquer epistemologia que tenha espaço para uma noção de justificação. Então, veremos como a ideia da anulabilidade epistêmica em relação à justificação é combinada com uma intuição de Jaakko Hintikka sobre conhecimento, e, ainda, como dessa combinação nasce uma teoria capaz de oferecer uma cláusula “anti-Gettier”, por assim dizer – isto é, uma condição que, somada às condições da Análise Tradicional do Conhecimento, produz uma análise modificada com condições necessárias e suficientes para definir o conceito de conhecimento. Por último, apresentaremos em detalhes a teoria da anulabilidade de Peter Klein, e defenderemos a afirmação de que se trata de uma opção bastante plausível para a solução do problema de Gettier.

3.1 O DESPONTAR DA NOÇÃO DE ANULABILIDADE EPISTÊMICA

Em 1964, Roderick Chisholm propôs uma teoria chamada ‘Ética da Exigência’ para lidar com o problema das obrigações morais canceladas por exigências mais urgentes.⁵² O conceito chave dessa sua teoria ética era o conceito de anulabilidade, isto é, a propriedade de ser *anulável/cancelável* de algum modo.

De acordo com a tradição que Chisholm acolhia, uma obrigação moral exige, *prima facie* (isto é, até que outras considerações sejam relevantes à avaliação do *status* moral do dever/ação/obrigação), uma certa contrapartida da parte do sujeito. Por exemplo, assumindo que honrar compromissos é uma obrigação moral, suponha que você marcou um encontro com um amigo. Nesse caso, você está agora sob esta obrigação moral: honrar seu compromisso. No entanto, você provavelmente concordaria que a obrigação moral de se encontrar com o amigo com quem você marcou um encontro é cancelada se você presenciar um acidente (exatamente na hora em que você está indo encontrar seu amigo, por hipótese) e puder prestar ajuda à vítima. Pois, presenciar um acidente impõe sobre você a exigência mais urgente de prestar ajuda ao acidentado, o que, por sua vez, cancela a sua obrigação moral *prima facie* de se encontrar com seu amigo, como combinado.⁵³

Mais precisamente, interpretemos *exigência* como uma relação que se dá entre possíveis ou atuais estados de coisas no mundo. A definição do conceito de *exigência*, como Chisholm sugere, pode ser expresso como segue.

(Ep) [p & (pRq)]

Podemos ler a formalização acima como: Há um possível estado de coisas *p* tal que *p* ocorre e *p* exige *q*.⁵⁴ Como no exemplo que recém considerávamos, imagine um

⁵² Veja (CHISHOLM, 1964).

⁵³ É importante observarmos que quando dizemos que uma obrigação *prima facie* é cancelada, não queremos dizer que ela deixa de existir; pelo contrário, continuará havendo a obrigação *prima facie* em questão. O que queremos dizer é que esta obrigação *prima facie* é impedida de se tornar uma obrigação *ultima facie* quando ela é anulada. No exemplo com o qual estamos lidando, a obrigação *prima facie* de encontrar o seu amigo continua existindo, mas você está autorizado a desconsiderá-la porque ajudar as vítimas de um acidente que você recém presenciou lhe impõe uma exigência moral mais urgente, impedindo aquela obrigação moral *prima facie* de se tornar *ultima facie*.

⁵⁴ Cf. (CHISHOLM, 1964, p. 147).

comprometimento de um amigo com outro, tal que p está para “marcar um encontro” e q está para “honrar o compromisso” (nesse caso, encontrar-se com o amigo). Quando você se compromete com alguém, uma obrigação moral é *prima facie* exigida de você.

Contudo, como já pode ser observado nas considerações que recém fazíamos, uma obrigação moral que é *prima facie* exigida de você pode não se tornar, no fim das contas, uma obrigação *ultima facie* (isto é, considerado tudo o que é relevante à avaliação do *status* moral do dever/ação/obrigação) se porventura uma outra exigência a cancela. Para ilustrar esse ponto, considere o exemplo que W. D. Ross sugeriu:

“Se eu prometi me encontrar com um amigo numa certa hora por uma certa razão, eu certamente deveria me considerar justificado em quebrar meu compromisso se, ao fazer isso, eu pudesse impedir um sério acidente ou prestar ajuda às vítimas do mesmo.”⁵⁵

Isso sugere o modo em que obrigações morais são *anuláveis*, no sentido de que as exigências implicadas por elas podem ser canceladas por exigências implicadas por outras obrigações morais mais urgentes e conflitantes com as primeiras. A definição do conceito de *exigência anulada*, como Chisholm sugere, pode ser expressa como segue.

(Ep) (Es) [(p & (pRq)) & (s & ~((p & s)Rq))]

Podemos ler a formalização acima como: Há possíveis estados de coisas, p e s , que são tais que (i) p ocorre e p exige q , e (ii) s ocorre, e a conjunção de s e p já não exige q . Tomando o exemplo oferecido por Ross, eu tenho a obrigação moral *prima facie* de encontrar o meu amigo, mas essa obrigação não se torna *ultima facie* se eu porventura presenciar um sério acidente ou me encontrar em posição de ajudar as vítimas de um. Em suma, obrigações morais *prima facie* podem ser anuladas por exigências com elas conflitantes.

⁵⁵ No original, em inglês: “If I have promised to meet a friend at a particular time for some trivial purpose, I should certainly think myself justified in breaking my engagement if by doing so I could prevent a serious accident or bring relief to the victims of one”. (ROSS, 1930, p. 18).

3.1.1 Anulabilidade em Epistemologia

Tendo empregado o conceito de anulabilidade na sua ‘Ética da Exigência’, Chisholm notou que aquele mesmo conceito poderia ser empregado analogamente em epistemologia, em relação à justificação epistêmica. Para ver como essa analogia pode ser feita, nós entenderemos justificação epistêmica *prima facie* como a intitulação que uma proposição recebe de um justificador⁵⁶ para que ela possa ser racionalmente acreditada pelo sujeito até que outras considerações sejam relevantes à avaliação do seu *status* epistêmico – tal como se ela é cancelada por alguma contraevidência ou não. E nós entenderemos justificação epistêmica *ultima facie* como a intitulação que uma proposição recebe de um justificador para que ela possa ser racionalmente acreditada pelo sujeito quando essa justificação *não* é anulada por qualquer contraevidência.

Agora, considere o seguinte caso. Suponha que eu vejo o que me parece ser um livro vermelho sobre a mesa. Usualmente, as pessoas concederiam que eu estou justificado em crer que há um livro vermelho sobre a mesa quando eu vejo o que me parece ser um livro vermelho sobre a mesa. Isso porque, para a maioria, evidência perceptual é um dos tipos de coisas que conferem justificação epistêmica. Mas, suponha também que eu ganho a informação, e passo a crer, que há luzes vermelhas iluminando a mesa sobre a qual o livro está. Provavelmente parecerá, agora, para a maioria das pessoas que eu não estou mais justificado em crer que há um livro vermelho sobre a mesa, porque a informação que eu ganhei sobre as luzes vermelhas cancela a justificação que a minha evidência perceptual confere à minha crença de que há um livro vermelho sobre a mesa – afinal, naquelas circunstâncias, se o livro fosse branco, por exemplo, ele continuaria parecendo vermelho para mim, enquanto as luzes permanecessem ligadas.

Como Chisholm mostrou-nos, assim como obrigações morais *prima facie* são anuláveis, justificação epistêmica *prima facie* é anulável. Assim como pode haver uma exigência moral que anule uma obrigação moral *prima facie* de um sujeito, pode haver uma crença-contraevidência que anule uma crença justificada *prima facie* de um sujeito.^{57,58}

⁵⁶ Seja ele evidencial, tal como uma crença ou um estado mental, ou uma propriedade objetiva do mundo, tal como um processo confiável de produção de crenças.

⁵⁷ Sobre a distinção entre justificação epistêmica *prima facie* e *ultima facie* e suas implicações para debates importantes na agenda epistemológica, veja (SENOR, 1996).

⁵⁸ O mesmo que observamos na nota 53 vale ser observado aqui. Quando dissermos que a justificação *prima facie* de uma crença foi anulada, não queremos dizer que ela deixou de existir; pelo contrário, ela continua existindo. O que queremos dizer é que quando a justificação *prima facie* de uma crença é anulada, ela é impedida de se tornar

No caso acima, eu tinha justificção *prima facie* para a minha crença de que há um livro vermelho sobre a mesa, baseada na minha evidência perceptual. Mas a contraevidência que eu adquiri – a saber, a informação sobre haver luzes vermelhas iluminando a mesa sobre a qual está o livro – impede que a minha justificção *prima facie* se torne justificção *ultima facie*. Minha justificção *prima facie* é anulada pela contraevidência em questão.

Contraevidência, nesse sentido, é uma crença que você adquire que, de algum modo, prejudica epistemicamente outra(s) crença(s) que você mantém em seu sistema doxástico. Nós chamaremos esse tipo de crença que tem a propriedade de ser contraevidência de *anulador*. Assim, uma crença, U, que você passa a ter é contraevidência para outra crença, P, que você mantém em seu sistema doxástico, baseada na sua evidência, E, se U cancela a justificção *prima facie* que a sua evidência E confere à sua crença P.

Desse modo, o anulador é sempre o elemento que cancela a justificção *prima facie* que a sua evidência confere a uma das suas crenças. E ele o pode fazer de dois modos, como John Pollock observou, conforme o tipo de anulador que estiver em ação. Veremos, no que segue, a descrição desses tipos de anuladores.

Antes, porém, queremos chamar atenção para as seguintes observações sobre justificção epistêmica. Se a crença numa proposição P é justificada para um sujeito S, então P ganha *status* epistêmico positivo inferencialmente, ou não-inferencialmente. Se P é não-inferencialmente justificada para S, então há algum justificador, J, (que não seja uma crença – podendo ser uma experiência perceptual, por exemplo) que confere *status* epistêmico positivo a P. De outro modo, se P é inferencialmente justificada para S, então há uma crença de S, E, que é ela própria justificada para S, e que confere *status* epistêmico positivo a P.

Sempre que P é inferencialmente justificada para S, há uma *cadeia inferencial justificadora* (ou, simplesmente, *cadeia-j*) cujo último *link*, E_n, é justificado pelo *link* imediatamente anterior que, por sua vez, é ele próprio justificado pelo *link* imediatamente anterior a ele, e assim recursivamente. Por exemplo, uma cadeia-j simples pode ser como a

ultima facie e, assim, impedida de justificar uma crença em nível de conhecimento. No caso com o qual estávamos lidando anteriormente, a minha justificção *prima facie* para crer que há um livro vermelho sobre a mesa não deixou de existir – eu continuo com as impressões perceptuais do livro vermelho sobre a mesa. Contudo, a minha justificção, ao ser anulada, torna-se incapaz de me colocar em posição de saber que há um livro vermelho sobre a mesa, uma vez que as razões que eu tinha para crer nisso foram contrabalançadas. Ou seja, quando um anulador cancela uma justificção *prima facie*, ela continua existindo, mas o seu poder de epistemizar uma crença é contido.

seguinte: “ $E_1 \rightarrow E_2 \dots \rightarrow E_n \rightarrow P$ ”, tal que a crença em E_1 justifica a crença em E_2 , que justifica a crença em E_n , que eventualmente justificará a crença em P (usualmente chamada de *crença-alvo*).

Retomando a conversa sobre os tipos de anuladores, o tipo mais simples é o anulador que constitui uma razão para negar uma conclusão (seja ela intermediária ou final) no raciocínio levando você até a sua crença-alvo. Ele é chamado de *anulador refutador* (*rebutting defeater*). Sua caracterização pode ser como a seguinte:

Se $(E_1 \dots E_n)$ é o corpo evidencial de proposições que constitui a justificação para S crer que P , então U é um *anulador refutador* para a justificação de P para S se e somente se U é uma razão para S crer ou $\sim P$, ou $\sim E_1$, ou $\sim E_n$, ou U é uma razão para S crer na negação de qualquer *link* intermediário justificador entre E_1 e E_n na cadeia-j.⁵⁹

Para ilustrar o ponto, considere um simples exemplo em que há dois testemunhos conflitantes sobre um acidente de trânsito. Suponha que há duas testemunhas, Ana e Sara. Ana diz que X foi o responsável pelo acidente, enquanto Sara nega, testemunhando que X não é o culpado. Se eu creio no que Ana diz, então, assim que eu passo a crer no que Sara diz, o testemunho de Sara é um anulador refutador da minha justificação para a minha crença no que Ana diz.

O segundo tipo de anulador ataca a conexão entre a sua evidência e a conclusão, intermediária ou final, que essa evidência justifica. Ele é chamado de *anulador solapador* (*undercutting defeater*). Sua caracterização pode ser como a seguinte:

Se $(E_1 \dots E_n)$ é o corpo evidencial de proposições que constitui a justificação para S crer que P , então U é um *anulador solapador* para a justificação de P para S se e somente se U é uma razão para S duvidar ou negar que algum *link*, de E_1 a E_n , do corpo evidencial terminando em P não é um bom justificador para S crer o *link* imediatamente posterior a ele.⁶⁰⁶¹

⁵⁹ Cf. (POLLOCK & CRUZ, 1999, p. 196).

⁶⁰ Cf. (POLLOCK & CRUZ, 1999, p. 196).

⁶¹ Nós estamos modificando alguns aspectos das definições de Pollock para abrigar intuições da teoria da anulabilidade de Klein sobre os anuladores. Embora nossas definições sejam diferentes das definições originais de Pollock (especialmente a definição de ‘Rebutting defeater’), tanto quanto podemos ver, elas não descaracterizam o que Pollock tinha em mente em se tratando de anuladores. As definições de ‘Rebutting defeater’ e ‘Undercutting defeater’ de Pollock são as seguintes: “If M is a defeasible reason for S to believe Q , M^* is a *rebutting defeater* for

Para ilustrar o ponto, retome o exemplo que usamos anteriormente: o caso do suposto livro vermelho. Naquele caso, eu creio que há um livro vermelho sobre a mesa com base na evidência perceptual que eu adquiero ao ver o que me parece ser um livro vermelho sobre a mesa – supondo que as minhas faculdades perceptuais estão funcionando adequadamente em um ambiente propício. Contudo, quando eu ganho a informação, e passo a crer, que há luzes vermelhas iluminando a mesa sobre a qual está o livro, eu adquiero uma razão para duvidar da capacidade das minhas faculdades perceptuais de me dar justificação naquele ambiente – ambiente em que não é possível, para mim, distinguir um livro vermelho de um branco, por exemplo. Essa nova crença é um anulador solapador da minha justificação para crer na minha crença-alvo com base na minha experiência perceptual. Ela é uma razão para crer na inconfiabilidade do processo de formação de crenças que eu estou empregando na aquisição da minha crença-alvo.

A caracterização dos tipos de anuladores que apresentamos acima ajuda-nos a entender os modos em que uma contravidência anula a justificação *prima facie* que um sujeito tem para uma dada crença que ele mantém. No entanto, considerando que no próximo capítulo nos referiremos aos anuladores de modo mais geral, sem especificar o tipo de anulador que estará em cena, é útil que também tenhamos a seguinte caracterização do que, em linhas gerais, é um anulador. (Para facilitar a exposição, nós vamos usar ‘EjP’ para dizer que uma proposição E justifica uma crença P e ‘E[j]P’ para dizer que E não justifica P):

Uma crença U é um anulador da justificação que a evidência E confere à crença em P para um sujeito S somente se a conjunção da evidência E com a crença na proposição U já não justifica P para S – isto é, somente se (E&U)[j]P.⁶²

3.1.2 O *status* epistêmico do anulador

Como deve ser um anulador para que ele possa desempenhar o seu papel? Para que o anulador possa cancelar uma justificação, é necessário que ele próprio seja acreditado

this reason if and only if M^* is a defeater (for M as a reason for S to believe Q) and M^* is a reason for S to believe $\sim Q$.” “If believing P is a defeasible reason for S to believe Q , M^* is an *undercutting defeater* for this reason if and only if M^* is a defeater (for believing P as a reason for S to believe Q) and M^* is a reason for S to doubt or deny that P would not be true unless Q were true. (POLLOCK & CRUZ, 1999, p.196).

⁶² Cf. (KLEIN, 1981, p. 63).

justificadamente pelo sujeito? Que status epistêmico deve ter um anulador eficaz? Para incitar nossas intuições, consideremos o caso abaixo.

Suponha que a Sra. Detetive é uma oficial da polícia que está tentando determinar qual das duas pessoas foi a responsável pelo acidente de trânsito. Toda evidência indica que foi o Sr. Imprudente. As marcas de derrapagem indicam que o carro do Sr. Imprudente estava andando em alta velocidade. Os freios do carro do Sr. Imprudente não estão funcionando adequadamente. Suponha que a Sra. Detetive adquire essas proposições através de um modo confiável. Mas, suponha, além disso, que uma suposta testemunha diz que o acidente não foi culpa do Sr. Imprudente, e que a Sra. Inocente estava correndo, ultrapassou um sinal, e de algum modo falsificou as marcas de derrapagem. Suponha que a testemunha está agindo sob sugestão hipnótica causada pelo Sr. Imprudente; ou que a testemunha é a sogra do Sr. Imprudente.⁶³

Considerando o caso acima, parece-nos que, ao contrário dos justificadores, os anuladores não precisam gozar de *status* epistêmico positivo para desempenhar o seu papel. Parece-nos que a Sra. Detetive teria a sua justificação para crer que o Sr. Imprudente é o culpado anulada caso passasse a crer no que a testemunha diz sobre o caso, *ainda que a testemunha não seja uma fonte confiável de informação* (como a hipótese nos pede para supor) – isto é, o anulador seria eficaz ainda que ele próprio fosse injustificado para S crer.

Note que, nesse sentido, é muito mais fácil perder justificação do que ganhá-la, uma vez que o anulador não precisa ser uma crença justificada para desempenhar seu papel. Na realidade, um dos tipos de anuladores, a saber, o anulador refutador, *não pode* ser uma crença justificada para o sujeito, sob pena de ininteligibilidade desse conceito. Pois lembre-se que o anulador refutador é a negação de (ou razão para negar) um dos *links* da cadeia-j que justifica a crença-alvo para S, ou a negação da própria crença-alvo. Imagine, então, que a crença falsa J é o justificador de P para S. Nesse caso, $\sim J$ é um anulador da justificação para a crença J. Mas, supondo que J é justificada (e ela deve sê-lo para funcionar como um justificador), é impossível para o anulador $\sim J$ ser, igualmente, uma crença justificada para S, pois J, que o sujeito já mantém, é contraevidência para $\sim J$, privando-a, assim, de ser justificada. Como a maioria de nós concederia que duas crenças em proposições contraditórias não podem ser ambas

⁶³ No original, em inglês: “Suppose that Ms. Detective is a police officer trying to determine which of two persons was responsible for an automobile accident. All the evidence points to Mr. Imprudent. The skid marks indicate that Imprudent's car was traveling too fast. The brakes on Imprudent's car are not working properly. Suppose that Ms. Detective acquires these propositions in a reliable fashion. But suppose further that a purported eyewitness says that the accident was not Mr. Imprudent's fault at all and that Miss Innocent was speeding, ran a light, and somehow faked the skid marks. Let the eyewitness be acting under a posthypnotic suggestion caused by Mr. Imprudent; or let the eyewitness be Imprudent's mother-in-law.” (KLEIN, 1981, p. 65).

justificadas para S *ao mesmo tempo*, então o anulador $\sim J$ não pode ser justificado para S *enquanto cumpre seu papel de anulador*.⁶⁴

Ditas essas palavras sobre qual deve ser o *status* epistêmico de um anulador, nós encerramos por aqui a apresentação do primeiro sentido em que se pode entender a noção de anulabilidade epistêmica, a saber, em relação à justificação epistêmica exclusivamente. A anulabilidade epistêmica de que tratamos aqui explica o modo em que a justificação epistêmica *prima facie* que um corpo evidencial fornece a uma crença é *cancelada* (seja por ser enfraquecida ou por ser completamente destruída). A tarefa da próxima seção é explicar o segundo sentido em que se pode entender a noção de anulabilidade epistêmica, a saber, em relação ao conhecimento. Veremos como um sujeito é impedido de adquirir conhecimento de uma proposição porque a sua justificação *ultima facie* para aquela proposição é *defectiva*, e como isso constitui o núcleo da teoria da anulabilidade de Peter Klein.

3.2 A ANÁLISE ANULABILISTA DO CONHECIMENTO

Na seção anterior, vimos como a noção de anulabilidade surgiu na literatura em epistemologia e como, então, penetrou a discussão sobre justificação epistêmica. Nesta seção, veremos como essa e outras noções geradas através daquela literatura, combinadas com uma intuição importante de Jaakko Hintikka, são empregadas na construção de uma teoria para analisar o conceito de conhecimento, a saber, a teoria da anulabilidade.

3.2.1 Teorias da anulabilidade

As análises anulabilistas do conhecimento são propostas de solução ao problema de Gettier. Assim que a noção de anulabilidade epistêmica foi posta em circulação na literatura por Roderick Chisholm, muitas análises desse tipo, empregando o conceito de anulabilidade epistêmica, esperavam de algum modo completar a Análise Tradicional do Conhecimento, tornando-a imune ao fenômeno da Gettierização. Através da inserção de uma quarta cláusula na Análise Tradicional no mais das vezes, as análises anulabilistas pretendiam oferecer um

⁶⁴ Esse ponto é originalmente feito em (DE ALMEIDA, a ser publicado), e aparece também em (DE ALMEIDA & FETT, 2015).

conjunto de condições não-circulares, individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para um sujeito, S, saber que P.

As teorias da anulabilidade observaram que a informação que o sujeito não possui desempenha um papel importante para a avaliação epistêmica. Há informações que o sujeito não possui que são tais que incidem sobre a qualidade da sua justificação epistêmica para crer a sua crença-alvo, podendo tornar essa justificação defectiva e, assim, incapaz de produzir conhecimento.

Toda informação que o sujeito não possui faz parte do “conjunto total de informações”, nas palavras de Peter Klein.⁶⁵ Superficialmente falando, as teorias da anulabilidade sustentam que deve haver um tipo adequado (a ser explicitado durante o capítulo) de relação entre a justificação que é boa para conhecimento e o conjunto total de informações que circunda o sujeito – por razões contingentes, algumas das quais já acreditadas por ele, outras não.

As análises anulabilistas não precisam se comprometer com nenhuma teoria sobre a geração da justificação epistêmica. Ela é compatível com todas elas. Antes, interessam questões sobre como o sujeito é impedido de obter conhecimento de uma proposição em virtude de ter uma *justificação defectiva*, isto é, que não é boa para produzir conhecimento.

3.2.2 Justificação resistente à verdade

As diferentes teorias da anulabilidade compartilham uma mesma intuição central. Sua principal demanda é haver para a crença candidata a item de conhecimento o que recém descrevemos como uma relação adequada entre a justificação que o sujeito mantém para crer nela e o conjunto total de informações que o circunda. Então, qual é esta relação adequada? Dito ainda com simplicidade, a exigência é que não deve haver informação que seja tal que, se o sujeito passar a acreditar no seu conteúdo proposicional, então a justificação que ele mantém para a sua crença-alvo é enfraquecida ou destruída. Essa intuição é inspirada no assim-chamado Princípio da Estabilidade do Conhecimento, de Jaakko Hintikka. Veja o que ele escreve:

⁶⁵ Veja (KLEIN, 1981, p. 141).

Se alguém diz “Eu sei que P”, nesse sentido forte de conhecimento, ele implicitamente nega que alguma nova informação o levaria a mudar de opinião. Ele se compromete com a ideia de que ele continuaria dizendo que ele sabe que P é verdadeiro – ou, pelo menos, continuaria dizendo que P é de fato verdadeiro – mesmo se ele soubesse mais do que ele sabe agora.⁶⁶

Do excerto acima, recolhemos o seguinte *desideratum* epistêmico: conhecimento deve ser compatível com mais conhecimento. E uma vez que conhecimento implica verdade, pelo princípio da factividade do conhecimento (isto é, que S sabe que P somente se P é verdadeiro), Hintikka defenderia, igualmente, que conhecimento deve ser compatível com mais verdades.

Mantendo a intuição recolhida do Legado Platônico, segundo a qual é justamente a boa justificação o que transforma a mera crença verdadeira em conhecimento, o *desideratum* epistêmico de Hintikka dá origem à máxima que se torna o núcleo-conceitual das teorias da anulabilidade, a saber: *justificação epistêmica boa para conhecimento deve ser compatível com a adição de mais verdades ao sistema doxástico do sujeito*. Essa é a característica fundamental para haver a referida boa relação entre a justificação que o sujeito mantém para uma crença e o conjunto total de informações que o circunda.

A marca distintiva das teorias da anulabilidade é sustentar que justificação que é boa o suficiente para produzir conhecimento deve resistir à adição de verdades ao sistema doxástico do sujeito. Daí surge o rótulo dado por Paul Moser para caracterizar a cláusula anulabilista: justificação dever ser, nesse sentido, *resistente à verdade*.⁶⁷ Justificação que é resistente à verdade é a justificação que é compatível com quaisquer verdades que possam ser cridas por S eventualmente. Afinal, é bastante claro que se a sua justificação não é capaz de ser compatível com quaisquer verdades que você possa vir a crer, isso é sinal de que a sua justificação é precária, frágil, fraca demais, epistemicamente falando, para ser capaz de lhe dar conhecimento – embora possa ser exemplarmente bem-sucedida ao oferecer suporte evidencial para a sua crença-alvo.

As teorias da anulabilidade encontram exatamente na incapacidade de ser resistente à verdade da justificação da crença gettierizada a explicação de por que ela não transforma a crença gettierizada em conhecimento. A justificação não-resistente à verdade do sujeito

⁶⁶ No original, em inglês: “If somebody says “I know that p” in this strong sense of knowledge, he implicitly denies that any further information would have led him to alter his view. He commits himself to the view that he would persist in saying that he knows that p is true – or at the very least persist in saying that p is in fact true – even if he knew more than he now knows”. (HINTIKKA, 1962, p. 21).

⁶⁷ O rótulo original, em inglês, é “*truth-resistant justification*”. Ele encontra-se em (MOSER, 1989).

gettierizado é o que explica por que ele não tem conhecimento. Para ilustrarmos o ponto, consideremos qualquer um dos casos Gettier apresentados no capítulo anterior. (Se analisássemos todos eles, veríamos que em cada um há uma proposição verdadeira que é incompatível com a justificação do sujeito gettierizado).

Por exemplo, no **Caso I** de Gettier, apresentado no capítulo anterior, a justificação do protagonista para crer a proposição “o cara que ficará com o emprego tem dez moedas em seu bolso” não resiste à adição da verdade expressa pela sentença “não é Jones quem ficará com o emprego” ao seu sistema doxástico. Se essa verdade é adicionada ao sistema doxástico dele – isto é, se ela passa a ser acreditada por ele – a sua justificação para a crença-alvo é cancelada – tal como acontece quando há um anulador para a sua justificação *prima facie* impedindo-a de tornar-se justificação *ultima facie*. Isso é assim, pois a única razão pela qual ele crê que o cara que ficará com o emprego tem dez moedas em seu bolso é a crença falsa sobre Jones ser esse cara. E se porventura o sujeito continuasse acreditando que Jones vai ficar com o emprego e mantivesse a crença, por hipótese, recém adquirida, ele seria irracional, porque a primeira crença é contraevidência para a segunda (isto é, ela é razão para crer que a segunda não é verdadeira ou para duvidar que ela seja verdadeira). Assim, a sua cadeia-j seria quebrada e o sujeito se tornaria injustificado em crer na proposição-alvo.

A incoerência que se criaria no sistema doxástico do sujeito explica por que a justificação do sujeito gettierizado, embora sirva como um bom suporte evidencial para a sua crença-alvo, não é boa para dar conhecimento a ele. A justificação que ele mantém é incompatível com uma verdade no conjunto total de informações que o circunda, nas palavras de Klein. Nesse sentido, ela é frágil – como a metáfora sugere, não-resistente à verdade. Assim, fica evidente a sua conexão instável com a verdade da crença-alvo. Não há em qualquer caso Gettier uma relação epistemicamente sadia, por assim dizer, entre a justificação do sujeito e o conjunto total de informações, e isso é explicado pela incapacidade da justificação gettierizada de resistir à adição de verdades ao sistema doxástico do sujeito.

Essa é a explicação ainda pré-teórica que as teorias da anulabilidade usam para considerar a relação entre as crenças do sistema doxástico do sujeito e as proposições verdadeiras externas à vida mental dele, e, assim, analisar quando a sua justificação é capaz de produzir conhecimento.

Nos casos Gettier, como recém dissemos, há uma verdade que não pode ser acreditada pelo sujeito sem que ele acabe se tornando incoerente de alguma forma. Por que incoerente?

Porque ele, então, abrigaria no seu sistema doxástico crenças as quais uma é contraevidência para a outra. Isso explica o quão frágil é a justificação do sujeito gettierizado, e explica também por que ela, embora impecável do ponto de vista interno, como bom suporte evidencial, é incapaz de produzir conhecimento.

A teoria da anulabilidade, nas suas diferentes versões, teve seu despontar e presença majoritária na literatura do início dos anos sessenta, após a publicação de Gettier, até o início dos anos oitenta. E embora a vejamos marginalizada recentemente, figuras importantes na área, como Jonathan Kvanvig, Alvin Plantinga e Marshall Swain, por exemplo, dão valiosos testemunhos em seu favor.⁶⁸ Kvanvig, por exemplo, escreve que, dentre as teorias que pretendem analisar o conceito de conhecimento e que mantêm a justificação epistêmica como condição necessária para um sujeito, S, saber que P, a teoria da anulabilidade é a única candidata promissora no páreo.⁶⁹ Ao longo desta dissertação, queremos justificar testemunhos tal como o de Kvanvig, apresentando as virtudes da teoria da anulabilidade, bem como justificando por que, do nosso ponto de vista, ela parece oferecer uma análise do conhecimento interessante e promissora em muitos aspectos, estando entre as melhores candidatas para a solução do problema de Gettier.

Dentre os proponentes das teorias anulabilistas, estão Keith Lehrer, Peter Klein, Marshall Swain, Risto Hilpinen e John Pollock, para citar apenas alguns.⁷⁰ Nesta dissertação, contudo, voltaremos nossas atenções unicamente à versão da teoria da anulabilidade proposta por Peter Klein. A razão para tal escolha é acreditarmos, como muitos também o fazem, que a versão de Klein da teoria é a mais sofisticada dentre as opções e, mais importante do que isso, que ela é a única que parece ser capaz de dar conta de uma série de demandas relevantes para uma análise do conhecimento em face dos novos desafios na epistemologia contemporânea. (Quais são essas demandas e como a teoria anulabilista de Klein as acolhe e as satisfaz ficará mais claro nas próximas seções e no próximo capítulo.) Portanto, de agora em diante, quando nos referirmos à teoria da anulabilidade, estaremos falando do anulabilismo de Klein.

⁶⁸ Veja (PLANTINGA, 1996), (SWAIN, 1996), e (KVANVIG, 2005).

⁶⁹ Veja (KVANVIG, 2005).

⁷⁰ Veja (LEHRER, 1965), (KLEIN, 1971) e (KLEIN, 1976), (SWAIN, 1974), (HILPINEN, 1988), e (POLLOCK, 1986).

3.3 O ANULABILISMO DE KLEIN

Peter Klein desenvolveu uma análise do conhecimento incorporando a ideia de que justificação que é boa para produzir conhecimento deve ser resistente à verdade, no sentido que Hintikka havia sugerido. Klein o fez por meio da inserção de uma quarta condição à Análise Tradicional. Nessa quarta condição, ele procura elaborar a noção de anulabilidade epistêmica tal que ela, satisfeita, garanta uma *justificação não-defectiva* à crença que justificar, isto é, uma justificação não apenas impecável como suporte evidencial, mas também perfeitamente capaz de produzir itens de conhecimento. A análise anulabilista proposta por Klein é expressa, originalmente, como segue.

S sabe que P se e somente se

- (i) P;
- (ii) S crê que P;
- (iii) S crê justificadamente que P;
- (iv) Não há qualquer derrotador da justificação para P.⁷¹

O assim-chamado “derrotador”, ao qual a condição (iv) da análise faz referência, é justamente o apelido dado àquela proposição verdadeira, não crida pelo sujeito, que é tal que, se fosse adicionada ao seu sistema doxástico, o faria injustificado em crer que P em virtude da incoerência que criaria entre ela e as crenças que constituem a justificação para P.

Essa análise anulabilista explica claramente por que crenças gettierizadas não contam como casos de conhecimento. Basta notarmos que, em todo caso Gettier, a condição (iv) não é satisfeita, mostrando, assim, que a justificação do sujeito gettierizado é defectiva (isto é, incapaz de produzir conhecimento), pois há um derrotador para ela – há uma proposição verdadeira que é incompatível com ela.

Para obtermos clareza, é interessante explicar a derrota epistêmica causada pelo derrotador da justificação para a crença gettierizada com a seguinte descrição:

⁷¹ Cf. (KLEIN, 2003).

Se um conjunto de proposições, E, justifica uma conclusão, P, mas há uma proposição verdadeira, D, tal que P não é justificado pela conjunção (E&D), então D derrota a justificação de P por E.

Considere o célebre caso Gettier **Sr. Nogot**. Há um conjunto de proposições constituindo o corpo evidencial E. São evidências sobre o comportamento do Sr. Nogot em relação ao seu suposto automóvel Ford e o fato de ele estar na turma do protagonista S. Claramente, E justifica a conclusão P para S, a saber, “alguém na minha turma possui um Ford.” No entanto, há também uma proposição verdadeira, D, a saber, “Nogot está fingindo ser o dono de um Ford.” Veja que, nessas circunstâncias, P não é justificado pela conjunção (E&D). Essa é a forma mais simples em que um derrotador, D, derrota a justificação de uma conclusão, P, justificada por um conjunto de evidências, E. Note, por fim, que nesse caso, a condição (iv) da análise anulabilista de conhecimento que Klein propõe não é satisfeita – o que explica a ausência de conhecimento em um caso de crença verdadeira justificada, porém gettierizada.

Contudo, quando consideramos que é um corpo evidencial o que constitui a cadeia-j (isto é, a cadeia inferencial justificando a crença-alvo), é mais adequado, ao explicarmos derrota epistêmica, falarmos em um conjunto de crenças justificando uma conclusão P, cujo último *link* é, digamos, E_n . Pois pode haver derrota epistêmica em virtude da conjunção de D não apenas como E_n – o último *link* da cadeia-j – mas com qualquer um dos *links* na *ancestralidade inferencial* de E_n , isto é, alguma crença justificando E_n ou justificando alguma crença que, eventualmente, justificará E_n na cadeia-j. Por exemplo, S pode ter sua justificação para P por E_n derrotada quando há uma proposição verdadeira D, tal que D conjugada com um *link* na ancestralidade inferencial de E_n , digamos E_i , faz o *link* seguinte da cadeia inferencial injustificado – isto é, $(D \& E_i)[j]E_{i+1}$. Nesse caso, D derrota a justificação de P por E_n atacando um dos *links* da cadeia-j justificando P.⁷²

Assim como, ao considerarmos a evidência E para crer P, devemos falar em uma cadeia inferencial justificadora, ao considerarmos o derrotador D da justificação para P, devemos falar em uma *cadeia inferencial derrotadora* (ou, simplesmente, *cadeia-d*). Pois há muitas formas em que se pode efetivar a derrota epistêmica. Ela pode ser direta ou indireta. Para entendermos completamente quais são essas formas em que se pode efetivar a derrota epistêmica, consideremos o seguinte caso.

⁷² Cf. (KLEIN, 1981, p. 154-166).

O Contador: S crê que deve \$500 de imposto de renda. Suponha que isso é verdadeiro e que S foi cuidadoso ao realizar os cálculos matemáticos constituindo um corpo evidencial de crenças, E, que o justifica em crer que P, “eu devo \$500.” Mas, suponha também que é verdade que o contador, responsável por revisar os cálculos de S, asseriu que S cometeu um grave engano. Essa proposição verdadeira, que chamaremos de D_1 , “o contador de S asseriu que S cometeu um grave engano ao calcular seus impostos”, torna plausível a proposição D_2 , (isto é, dá a S alguma razão para crer D_2), a saber, “o contador crê que S cometeu um grave engano ao calcular seus impostos”. Essa última, por sua vez, torna plausível D_3 , “S cometeu um grave engano ao calcular seus impostos”, tal que $(D_3 \& E)[j]P$.⁷³

Conforme Klein (1981), nós chamaremos D_1 de *derrotador inicial* da justificação para P, e chamaremos D_3 de *derrotador efetivo* da justificação para P. A proposição D_1 é a proposição verdadeira fora da vida mental de S (isto é, não acreditada por ele), a qual é responsável por derrotar a justificação para P em virtude de, nesse caso, ancorar uma cadeia inferencial derrotadora. De maneira que D_1 é o primeiro *link* no que chamaremos *cadeia-d*.

Em uma cadeia-d, o primeiro *link* é o derrotador inicial que, por sua vez, justifica proposicionalmente ou (i) outro *link* intermediário na cadeia-d, ou (ii) o derrotador efetivo da cadeia-d. Assim, o derrotador efetivo é o responsável final por derrotar a justificação para P. Isto é, ele é aquela proposição a qual nos referíamos anteriormente, que se fosse conjugada com um dos *links* da cadeia-j, faria o sujeito injustificado em crer que P.

A fim de concluir a derrota epistêmica, o derrotador efetivo pode ser conjugado simplesmente com um *link* da cadeia-j ou com um *link* da cadeia-j e um membro do sistema doxástico de S – isto é, uma crença que o sujeito mantém. Desse modo, derrotadores efetivos são produzidos por derrotadores iniciais por meio de cadeias-d começando com um derrotador inicial, D_1 , e terminando em um derrotador efetivo, D_n , tal que a conjunção de D_n com a evidência de S para P já não é capaz de justificar P para S – ou a conjunção de D_n com um *link* na ancestralidade inferencial de E_n , digamos E_i , faz o *link* seguinte da cadeia inferencial injustificado, isto é, $(D_n \& E_i)[j]E_{i+1}$.

⁷³ O caso O Contador é uma versão levemente alterada do exemplo “The CPA Case”, que está em (KLEIN, 1981, p. 144), unicamente para tornar mais clara a explicação que está sendo oferecida neste ensaio.

Retome o caso **O Contador** e note que aquele é um caso em que não há *uma* proposição derrotadora apenas, mas no mínimo *três* proposições derrotadoras. Naquele caso, a cadeia-d constitui-se de três *links*: D_1 , “o contador asseriu que S cometeu um engano”; D_2 , “o contador crê que S cometeu um engano”; e D_3 , “S cometeu um engano.” D_1 é razão para crer D_2 , e D_2 é razão para crer D_3 . As proposições derrotadoras D_1 e D_3 são, respectivamente, o derrotador inicial e o derrotador efetivo. A conjunção do derrotador efetivo D_3 com a evidência de S faz P injustificado para S.

É importante notarmos que o derrotador inicial e o derrotador efetivo podem ser idênticos. É possível que o derrotador inicial não precise de qualquer outro *link* na cadeia-d para derrotar a justificação da crença-alvo, de modo que seja ele o único *link* dessa cadeia. Se assim, a proposição constituindo o derrotador inicial é capaz de, se acreditada, cancelar a justificação ao ser conjugado com a evidência de S para P. Nesse caso, o derrotador inicial é responsável por concluir a derrota, e por isso é ele próprio também o derrotador efetivo da justificação para P.

O caso **Sr. Nogot** pode ajudar-nos a ilustrar o ponto feito acima. Naquele caso, o derrotador inicial D_1 , “o Sr. Nogot está fingindo possuir um Ford”, é suficiente para derrotar a justificação da crença-alvo “alguém na minha turma possui um Ford.” Não há a necessidade de qualquer outro *link* na cadeia-d. Conjugando D_1 com a evidência E já é suficiente para tornar a crença-alvo injustificada para S. Lá, o derrotador inicial D_1 é idêntico ao derrotador efetivo D_n .

Resumindo o que dissemos até aqui, entendemos que D_1 é um derrotador inicial da justificação para P por E_n para S se e somente se (i) D_1 é verdadeiro e não é um membro do sistema doxástico de S, e (ii) há uma cadeia-d começando com D_1 e terminando com o derrotador efetivo, D_n , da justificação de P por E_n para S. E a proposição verdadeira D_n é o derrotador efetivo da justificação de P por E_n para S se e somente se $(D_n \& E_n)[j]P$, ou ainda se $(D_n \& E_i)[j]E_{i+1}$ – ou se há alguma outra conjugação possível constituindo uma cadeia-d que é capaz de derrotar a justificação de P por E_n para S.

Até aqui, coisas importantes aconteceram. Após termos apresentado a análise anulabilista do conhecimento oferecida por Peter Klein, mostramos como ela é bem sucedida ao resolver o problema de Gettier, sendo capaz de explicar qualquer caso de crença gettierizada. Entendemos que ela faz isso através da inserção da cláusula (iv) na Análise Tradicional que, por sua vez, dá conta das intuições sobre justificação resistente à verdade ao exigir a ausência de derrotadores para a justificação não-defectiva – isto é, “justificação boa para conhecimento.”

Vimos, em seguida, o que constitui um derrotador, quais são os tipos de derrotadores e quais os modos em que eles podem promover a derrota epistêmica de uma justificação. Vejamos, agora, como essa apresentação original da teoria da anulabilidade precisar ser revista em face de um sério contraexemplo que a mostra forte demais, por excluir casos de conhecimento.

3.3.1 Derrota genuína e pseudoderrota

Como vimos na seção anterior, a teoria da anulabilidade é bem sucedida ao lidar com os casos Gettier, o que justifica dizer que a teoria realiza seu objetivo fundamental. O veredito para aqueles casos é certo: há, em cada um deles, um derrotador para a justificação da crença-alvo, mostrando, assim, que a justificação é defectiva e por isso incapaz de produzir conhecimento. No entanto, a história da epistemologia contemporânea conta-nos sobre a necessidade de se melhorar a teoria, uma vez que há casos nos quais o mesmo tratamento anulabilista é empregado e os vereditos entregues são indesejáveis, porque são claramente equivocados. Keith Lehrer e Thomas Paxson puseram esse problema em circulação através do célebre caso **A Louca Sra. Grabit**. Considere-o:

Eu vejo um sujeito que me parece ser Tom Grabit roubando um livro na biblioteca. Minha observação do sujeito e do comportamento dele (sob boa iluminação, em uma distância curta, recordando-me de como Tom se parece) não deixa espaço pra dúvida: (P) *o ladrão deve ser Tom Grabit*. Contudo, sem que eu o saiba, (D) *a Sra. Grabit, mãe de Tom, testemunha que, enquanto Tom estava viajando, o irmão gêmeo dele estava na biblioteca no dia em questão*. No entanto, também sem que eu o saiba, (R) *a Sra. Grabit sofre de Alzheimer e está fazendo uma alegação falsa sobre um gêmeo que sequer existe*. Foi de fato Tom quem roubou o livro.⁷⁴

Parece ser intuitivo, ao colocarmo-nos no lugar do protagonista, dizermos sobre nós mesmos algo como “eu sei que foi Tom quem roubou o livro.” Mas observe que a teoria da anulabilidade, tal como a apresentamos até aqui, entrega o veredito contrário sobre esse caso. Ela julga que, nesse caso, S (você, ou eu, ou o protagonista) não sabe que P; S não sabe que foi Tom quem roubou o livro na biblioteca. De acordo com a teoria, S não sabe que P porque S não

⁷⁴ No original em inglês: “DEMENTED: You see a man who looks just like Tom Grabit stealing a book at the library. Your observation of the man and his demeanor (under good lighting, at short distance, and drawing on good memory of what Tom looks like) leaves no room for reasonable doubt: (P) the thief must be Tom Grabit. Unbeknownst to you, however, (D) Mrs. Grabit, Tom's mother, claims that, while Tom is away on a trip, there is an identical twin of his at the library on the day in question. But, still unbeknownst to you, (R) Mrs. Grabit is an Alzheimer's patient making a false claim about a non-existent twin. It was indeed Tom who stole the book.” Esta é uma versão do caso “Mrs. Grabit”, originalmente publicado em (LEHRER & PAXSON, 1969). O texto exposto aqui é uma reprodução de uma versão daquele caso, e encontra-se em (DE ALMEIDA & FETT, 2015).

satisfaz a condição (iv) da análise anulabilista, uma vez que a verdade D constitui um derrotador da justificação de S para crer que P.

A teoria da anulabilidade diz que esse não é um caso de conhecimento porque a sua justificação para crer que P não é resistente à verdade D e é, portanto, uma justificação defectiva. Como observamos até aqui, a justificação defectiva, embora possa oferecer bom suporte evidencial, não é boa para a produção de conhecimento.

Mas, se prestarmos bem atenção, veremos que a verdade D só parece tornar a sua justificação para P defectiva porque ela justifica para você a proposição F, a saber, “o ladrão é o irmão gêmeo de Tom.” É a proposição F o derrotador efetivo da cadeia-d que está atuando aqui, cujo primeiro *link* é a proposição D. É a proposição F que é tal que se conjugada com a evidência que você tem para P, faz P injustificado para você – isto é, (F&E)[j]P – porque ela, F, é incoerente com a sua justificação.⁷⁵

Observe que, embora o derrotador inicial D seja uma proposição verdadeira, o derrotador efetivo F é uma falsidade, e, portanto, *corrompe* a cadeia-d, uma vez que ele próprio é derrotado por uma outra proposição verdadeira, no conjunto total de informações que o circunda. O derrotador inicial que só efetiva a derrota epistêmica em virtude de empregar uma falsidade na cadeia-d é chamado de *derrotador inicial enganador*. A derrota que ele ostensivamente promove é ilusória, uma vez que o seu efeito sempre pode ser cancelado por um *restaurador*, isto é, uma proposição verdadeira que derrota a justificação que o derrotador inicial oferece ao derrotador efetivo, cancelando, assim, o efeito deste último.

No caso acima, D justifica F para você, tal que a conjunção (F&E) – onde ‘E’ está para “a sua evidência para crer que P” – não mais justifica P para você. Não obstante, assim que a proposição verdadeira R é adicionada ao seu sistema doxástico, a conjunção (F&E&R) volta a justificar P para você. Isso porque R cancela o efeito do derrotador inicial enganador D.

O derrotador inicial enganador sempre trabalha através de uma falsidade, justificando-a na cadeia-d. O efeito que essa falsidade tem ao ser conjugada com a justificação do sujeito é cancelado ao encontrarmos um restaurador – uma proposição verdadeira que sempre acarreta a negação do derrotador efetivo falso.⁷⁶ A justificação que aparentemente não resiste à verdade

⁷⁵ Veja (KLEIN, 1979), onde esta ideia é desenvolvida, e (KLEIN, 1980), onde ele lida com objeções à sua teoria sobre derrotadores enganadores.

⁷⁶ Cf. (KLEIN, 1981, p. 154-166).

do derrotador inicial enganador D – trabalhando através de F – mostra-se, ao final, resistente à verdade, já que há um restaurador daquela justificação.

O restaurador, é uma proposição verdadeira que mostra, no final das contas, quão sadia é a relação da justificação do sujeito com o conjunto de verdades no mundo, tal que, se todas elas fossem adicionadas ao sistema doxástico dele, a sua justificação permaneceria coerente e apoiando a crença-alvo. O segredo, por assim dizer, para avaliar a resistência à verdade de uma justificação é não parar de adicionar verdades relevantes ao sistema doxástico do sujeito. Caso contrário, você terá uma visão distorcida da sua situação epistêmica.⁷⁷

Em vista dessas observações, a distinção entre os derrotadores iniciais enganadores e os genuínos – aqueles que não empregam falsidades a fim de promover a derrota epistêmica – deve ser incorporada na formulação da condição anulabilista na nova análise do conhecimento. Peter Klein, desse modo, sugere uma nova quarta condição:

- iv*) Todo o derrotador da justificação de P para S é um derrotador inicial enganador (Alternativamente: Não há qualquer derrotador inicial genuíno para a justificação de P para S).⁷⁸

Aqui, uma observação importante de cautela deve ser feita. Recentemente, o filósofo John Turri, ao revisar a literatura sobre o problema de Gettier, avaliando a qualidade das tentativas de solução que surgiram ao longo dos últimos cinquenta anos, considerou a teoria da anulabilidade fracassada por cometer o erro de entregar vereditos contrários sobre casos que mereceriam um veredito comum.⁷⁹ O erro, segundo ele, é explicado pelo fato de que a introdução da distinção entre derrotadores iniciais genuínos e enganadores, bem como a introdução do chamado “restaurador” (o *papa-derrotador*, como alguns o chamam), embora dê conta do caso **A Louca Sra. Grabit**, faz com que a teoria passe a julgar os casos Gettier como casos de conhecimento. Uma vez que é quase unanimemente aceito que os casos Gettier não

⁷⁷ Cf. (DE ALMEIDA & FETT, 2015, seção 3).

⁷⁸ Recém vimos que o derrotador inicial deve ser uma proposição *verdadeira*. Uma observação importante a ser feita aqui, que é omitida no trabalho de Klein, é que, além disso, o derrotador efetivo – o último *link* na cadeia-d – deve ser uma proposição *falsa*. Veja a prova que suporta essa alegação em (DE ALMEIDA & FETT, 2015, *footnote* 14), onde este ponto é originalmente feito.

⁷⁹ Veja (TURRI, 2012).

são casos de conhecimento, então, a teoria da anulabilidade não funciona. Para ver como Turri aplica essa avaliação, considere novamente o caso Gettier **Sr. Nogot**. Este é o quadro para aquele caso:

(E): o Sr. Nogot dirige um Ford, diz que possui um Ford, carrega consigo o título de um Ford, me dá carona em um Ford, e eu não tenho razões para desconfiar dele. Além disso, o Sr. Nogot está na minha turma.

(P): alguém na minha turma possui um Ford.

(D): o Sr. Nogot é um fingidor e não possui Ford algum.

(R): a Sra. Havit, uma aluna discreta que está na minha turma, possui um Ford.

Turri alega que o caso que tomamos como um exemplar caso Gettier passa a ser contado como um caso de conhecimento de acordo com a teoria da anulabilidade. Note que, embora a conjunção (D&E) não mais justifique P para mim, se uma outra verdade relevante na “vizinhança”, a saber, R, é adicionada ao meu sistema doxástico, a conjunção (D&E&R) volta a justificar P para mim. E isso é assim com todo caso Gettier, uma vez que a crença gettierizada é sempre verdadeira, e sempre haverá alguma proposição capaz de justificá-la. Sendo assim, basta que encontremos a verdade que explica a verdade da crença gettierizada, a adicionemos ao sistema doxástico do sujeito, e ela contrabalançará o efeito do derrotador. É como se houvesse um papa-derrotador para todo derrotador. De acordo com o raciocínio de Turri, a teoria da anulabilidade passou a julgar todo caso Gettier como um caso de conhecimento. Mas, o argumento de Turri é falacioso.⁸⁰

O erro está em pensar que no caso **Sr. Nogot**, por exemplo, a adição de R ao meu sistema doxástico restaurará a minha justificação para crer que P. Ela, R, não o fará. A justificação que eu mantinha para crer que P não passa a ser boa porque há uma aluna na minha turma, sobre quem eu não sei nada, que possui um Ford. A minha justificação para crer que P depende exclusivamente de E, isto é, de todo o ambiente enganador criado pelo Sr. Nogot. A verdade R não é capaz de restaurar aquela justificação porque aquela justificação é *derrotada para além de restauração* – como é o caso com toda a justificação para uma crença gettierizada.

⁸⁰ Esse ponto é feito originalmente em (DE ALMEIDA & FETT, 2015, seção 5).

De fato, a conjunção (D&E&R) volta a justificar P para mim, mas não porque a minha justificação *original*, E, foi restaurada. Antes, porque R, sozinha, é capaz de justificar a crença em P para mim. O que R faz é me dar uma *nova justificação* para eu crer que P. A verdade R é uma *criadora de justificação*, e não uma restauradora. Lembre-se de que um restaurador deve implicar a negação do derrotador efetivo falso. No caso **Sr. Nogot**, D é ambos o derrotador inicial e o derrotador efetivo, e D é verdadeira. A verdade R não implica a negação de D. Antes, ela justifica P independentemente. Mas isso não faz a justificação E para P *restaurada*.

A justificação que E confere a P não é resistente à verdade porque, quando derrotada, não se recupera. Não há esperança de restauração para a justificação que E confere a P. Há, no máximo, a chance da criação de uma nova justificação. E é exatamente isso – criar uma nova justificação – o que R faz nesse cenário. Portanto, a objeção de Turri à teoria da anulabilidade pode ser descartada, porque a sua interpretação da teoria é incapaz de distinguir quando uma verdade *restaura a justificação original* do sujeito de quando ela *cria uma justificação inteiramente nova* para ele.⁸¹

Chegamos, assim, ao final da apresentação do anulabilismo de Klein. Introduzimos a sua completa terminologia, alertamos para os riscos de certas interpretações equivocadas, e mostramos que todos os casos considerados recebem vereditos condizentes com as nossas intuições mais enraizadas sobre conhecimento. Há ainda algum ponto que precise ser feito? Sim, justamente em relação às intuições que nós temos em face de diferentes casos. Pois há na literatura sobre o problema de Gettier alguns casos para os quais não há unanimidade sobre se eles são casos de conhecimento ou não. Nós os vamos examinar e esperamos, ao final, mostrar como e por que a teoria da anulabilidade de Peter Klein lida bem-sucedidamente com eles.

3.4 A INERENTE VAGUIDADE DO CONCEITO DE CONHECIMENTO

Nem sempre é óbvio qual é o efeito da proposição derrotadora em questão em cada caso de derrota epistêmica. Às vezes, o derrotador inicial em ação é um derrotador inicial enganador, que só é capaz de derrotar a sua justificação empregando falsidades. Às vezes, o derrotador inicial da sua justificação é um derrotador inicial genuíno que por si só destrói a sua

⁸¹ Veja (DE ALMEIDA & FETT, 2015, seção 5), para uma explicação detalhada da falácia cometida por John Turri.

justificação para além de qualquer restauração. Ao entendermos a distinção entre a justificação *derrotada-mas-restaurável* e a justificação *derrotada-para-além-de-restauração*, nós estaremos em uma melhor posição para entender o importante aspecto da inerente vaguidade do conceito de conhecimento, do qual vamos tratar nesta seção.

3.4.1 Os casos de Harman

Gilbert Harman apresentou à comunidade filosófica alguns casos nos quais as intuições sobre se o protagonista tem conhecimento variam de avaliador para avaliador. Em face desses casos, as pessoas divergem ao dizer qual é o *status* epistêmico da crença-alvo do protagonista. Por vezes, esses casos foram chamados de *casos sociais* na literatura, porque, de acordo com Harman, eles supostamente revelam um aspecto social presente no conceito de conhecimento. Além disso, as intuições divergentes revelam a vaguidade da extensão do termo ‘conhecimento’, algo que nós acreditamos que uma epistemologia promissora deve ser capaz de acomodar.

Nós esperamos mostrar que nos valendo dos conceitos com os quais a teoria da anulabilidade de Peter Klein nos equipa é possível explicar as diferentes intuições que surgem em face daqueles casos, mostrando, assim, mais uma virtude do anulabilismo de Klein. Vejamos dois exemplares dos assim-chamados “casos em penumbra”⁸² apresentados por Gilbert Harman:

O Jornal (O Caso do Líder Sindical): Um líder político é assassinado. Os seus companheiros, temendo um golpe, decidem fingir que a bala atingiu outra pessoa. Em rede nacional, eles anunciam que a tentativa de assassinato não matou o líder, mas matou, por engano, um homem do serviço secreto. Contudo, antes que o anúncio fosse feito, um esperto repórter que estava na cena do crime, telefona ao jornal contando a verdadeira história, que o jornal incluiu na sua edição final. Jill compra uma cópia daquele jornal e lê a história do assassinato. O que ela lê é verdadeiro, e assim também são as suas suposições sobre como a história apareceu no jornal. O repórter, cuja assinatura aparece no jornal, viu o assassinato e ditou o seu relato, que agora está impresso como ele o ditou. Jill tem crença verdadeira justificada e, ao que parece, tem, igualmente, todas as suas conclusões intermediárias verdadeiras. Mas, ela não sabe que o líder político foi assassinado. Afinal, todas as outras pessoas ouviram o anúncio na televisão. Até pode ser que elas tenham visto a história no jornal impresso e talvez não saibam no que acreditar; e é altamente implausível que Jill deveria saber

⁸² Alvin Plantinga cunhou essa expressão para se referir aos supostos casos Gettier em face dos quais as intuições sobre a posse de conhecimento divergem. Veja (PLANTINGA, 1993).

simplesmente porque ela não tem a evidência que todas as outras pessoas têm. Jill não sabe. Seu conhecimento é solapado pela evidência que ela não possui.⁸³

As Cartas de Donald: Donald foi para a Itália. Ele disse a você com antecedência que ele estava indo; e você o viu partir para o aeroporto. Ele disse que ele ficaria o verão inteiro. Isso foi em junho. Agora é julho. Então você poderia saber que ele está na Itália. Esse é o tipo de coisa que se alega saber. Contudo, por razões particulares, Donald quer que você acredite que ele não está na Itália, mas na Califórnia. Ele escreve várias cartas dizendo que ele foi para São Francisco e decidiu ficar lá para o verão. Ele quer que você pense que essas cartas foram escritas por ele em São Francisco, então ele as envia para alguém que ele conhece lá, e aquela pessoa as envia a você, uma de cada vez, com um selo de São Francisco. Você esteve fora da cidade por alguns dias e não leu nenhuma das cartas. Você está agora parado diante da pilha de cartas que chagaram enquanto você estava fora. Duas das cartas falsas estão na pilha. Você está prestes a abrir a sua correspondência. Eu pergunto a você: “Você sabe onde Donald está?” “Sim”, você responde, “Eu sei que ele está na Itália”. Você está certo sobre onde Donald está e parece que a sua justificção para crer que Donald está na Itália não faz qualquer menção às cartas de São Francisco. Mas, você não sabe que Donald está na Itália. O seu conhecimento é solapado pela evidência que você ainda não possui.⁸⁴

Então Jill não sabe que o líder político foi assassinado só porque todos em torno dela têm contraevidência para acreditar naquilo? E você não sabe que Donald está na Itália porque há evidências que você ainda não possui que lhe estão impedindo de adquirir conhecimento? A experiência que se tem ao apresentar casos como esses dois é ouvir respostas divergentes, devido às intuições conflitantes sobre se o protagonista tem ou não tem conhecimento.

⁸³ No original, em inglês: “Newspaper (Civil Rights Worker Case): A political leader is assassinated. His associates, fearing a coup, decide to pretend that the bullet hit someone else. On nationwide television they announce that an assassination attempt has failed to kill the leader but has killed a secret service man by mistake. However, before the announcement is made, an enterprising reporter on the scene telephones the real story to his newspaper, which has included the story in its final edition. Jill buys a copy of that paper and reads the story of the assassination. What she reads is true and so are her assumptions about how the story came to be in the paper. The reporter, whose by-line appears, saw the assassination and dictated his report, which is now printed just as he dictated it. Jill has justified true belief and, it would seem, all her intermediate conclusions are true. But she does not know that the political leader has been assassinated. For everyone else has heard about the televised announcement. They may also have seen the story in the paper and, perhaps, do not know what to believe; and it is highly implausible that Jill should know simply because she lacks evidence everyone else has. Jill does not know. Her knowledge is undermined by evidence she does not possess.” (HARMAN, 1973, p. 143-144).

⁸⁴ No original, em inglês: “Donald Letters: Donald has gone off to Italy. He told you ahead of time that he was going; and you saw him off at the airport. He said he was to stay for the entire summer. That was in June. It is now July. Then you might know that he is in Italy. It is the sort of thing one often claims to know. However, for reasons of his own Donald wants you to believe that he is not in Italy but in California. He writes several letters saying that he has gone to San Francisco and has decided to stay there for the summer. He wants you to think that these letters were written by him in San Francisco, so he sends them to someone he knows there and has that person mail them to you with a San Francisco postmark, one at a time. You have been out of town for a couple of days and have not read any of the letters. You are now standing before the pile of mail that arrived while you were away. Two of the phony letters are in the pile. You are about to open your mail. I ask you, “Do you know where Donald is?” “Yes,” you reply, “I know that he is in Italy.” You are right about where Donald is and it would seem that your justification for believing that Donald is in Italy makes no reference to letters from San Francisco. But you do not know that Donald is in Italy. Your knowledge is undermined by evidence you do not as yet possess.” (HARMAN, 1973, p. 143).

Harman nega explicitamente conhecimento tanto para Jill quanto para o leitor avaliando o caso das cartas de Donald. Ele nega conhecimento para Jill porque acredita que ela se encontra em um *ambiente epistêmico* que a impede de obter conhecimento. Afinal, todas as outras pessoas estão sob o efeito solapador da transmissão do anúncio negando o assassinato do líder político, e elas já não acreditam que ele foi assassinado. O aspecto social do conhecimento que esse caso supostamente revela é justamente esse que interfere na avaliação de um *status* epistêmico com base no que as outras pessoas no seu ambiente sabem, creem, ou tem como evidência.⁸⁵

O raciocínio que muitos empregam para negar conhecimento a Jill é o seguinte: se ela tivesse visto o anúncio na televisão, negando o assassinato do líder político, como todos os seus conterrâneos viram, então ela, como eles, não mais estaria justificada em crer que o líder político foi assassinado. Ela, na melhor das hipóteses, não saberia no que acreditar. Do mesmo modo, se você tivesse lido as cartas que Donald escreveu (e que estão na sua frente, na pilha de correspondências), então você, se racional, perderia a sua justificação para pensar que ele está na Itália.

Pode ser que nem a justificação de Jill nem a sua justificação ao avaliar o caso **As Cartas de Donald** seja resistente à verdade. Consequentemente, em nenhum dos casos a condição (iv) da análise anulabilista é satisfeita, uma vez que há um derrotador para a justificação do protagonista em cada um dos casos. No caso do jornal, a proposição verdadeira “houve um anúncio em rede nacional negando o assassinato do líder político” derrota a justificação que Jill tem para crer que o líder político foi assassinado, pois a conjunção dessa proposição verdadeira com as suas demais crenças não mais justifica a crença-alvo para ela. Em outras palavras, a inclusão dessa verdade no sistema doxástico de Jill cria uma incoerência entre essa proposição verdadeira e a evidência que ela mantém para crer a crença-alvo. E o mesmo raciocínio se aplica ao caso das cartas de Donald.

Contudo, como observamos anteriormente, às vezes há o que chamamos de derrota epistêmica enganadora, isto é, a derrota que acontece somente porque o derrotador inicial verdadeiro justifica para você um derrotador efetivo falso, o qual, quando conjugado com a sua

⁸⁵ Peter Klein tomou o juízo de Harman quanto ao caso do jornal como revelando uma intuição diferente de Harman, de acordo com a qual “quando uma fonte de informação, até então confiável, assere algo inconsistente com o que foi justificadamente acreditado, então aquilo, por si só, é suficiente para derrotar a justificação original.” No original, em inglês, Klein escreve: “when a hitherto reliable source of information asserts something inconsistent with what was justifiably believed, then, that, by itself, is sufficient to defeat the original justification.” Veja (KLEIN, 1981, p. 159).

evidência, cancela a sua justificação para crer a crença-alvo. O ponto é que muitos podem estar pensando que nos casos do jornal e das cartas de Donald o derrotador inicial é enganador. No caso do jornal, muitos podem pensar que o derrotador inicial contando sobre a negação do assassinato do líder político só derrota a justificação de Jill porque justifica para ela a falsidade de que o líder político não foi assassinado. No caso das cartas de Donald, muitos podem pensar que o derrotador inicial contando sobre a existência das cartas enviadas de São Francisco que estão na sua correspondência só derrota a sua justificação porque justifica para você a falsidade de que Donald está em São Francisco, e não na Itália.

Nessa categoria de casos Gettier – os “casos em penumbra”, que evidenciam a vaguidade da extensão do conceito de ‘conhecimento’ – a área pode ficar mais cinzenta ainda. Imagine, por exemplo, se o anúncio negando o assassinato do líder político, embora tenha sido transmitido, não tivesse sido visto por ninguém no país (além dos técnicos de tv e dos companheiros do líder). Nesse caso, Jill estaria impedida de saber que ele foi assassinado? Afinal, os seus conterrâneos estariam, como ela, acreditando verazmente. Ou, por acaso, o fato de o anúncio ter sido transmitido *por si só* derrotaria genuinamente a justificação de Jill? O número de pessoas que ouviu o anúncio importa? Quer dizer, faz diferença se *todas* as outras pessoas ouviram, ou se só *a metade* da população ouviu o anúncio? E, no caso das cartas de Donald, você teria a sua justificação derrotada genuinamente se ele tivesse escrito as cartas, mas não as tivesse enviado a você? A verdade contando sobre haver tais cartas só derrotaria a sua justificação empregando a falsidade de que Donald está em São Francisco? Ou a mera existência das cartas, mesmo que elas não tenham sido enviadas a você, derrota por si só, genuinamente – empregando só verdades – a sua justificação?

Como observamos anteriormente, os juízos vão divergir. Mas a teoria da anulabilidade é capaz de dar conta desses juízos divergentes. A teoria da anulabilidade explica quando Jill sabe que o líder político foi assassinado e quando ela não sabe, bem como explica quando você sabe que Donald está na Itália e quando você não sabe. Pois, se para Jill a mera existência do anúncio negando o assassinato do líder político constitui um derrotador genuíno, então ela não satisfaz a condição (iv) da análise anulabilista e a sua justificação é genuinamente derrotada. Mas se, para ela, aquilo só tem efeito quando justifica a falsidade de que o líder político não foi assassinado, então o derrotador inicial é enganador e não derrota definitivamente a sua justificação – porque haverá um restaurador para aquela justificação entre as verdades na vizinhança, por assim dizer, a saber, “é mentira o que eles dizem no anúncio.”

Pode ser que (i) o alto risco de crer falsamente, ou (ii) o ambiente em que você se encontra, ou ainda (iii) o que as pessoas ao seu redor estão sabendo, creem, ou têm justificção para crer, interfira no *status* das suas crenças e impeça você de adquirir conhecimento. Pode ser que a sua justificção torne-se defectiva quando há um alto risco de você crer falsamente – como quando as cartas de Donald estão na sua frente – ou quando o ambiente em que você se encontra esteja fazendo a sua situação mais sortuda do que usualmente – como quando você, como Jill, é o único que, por pura sorte, não ouviu o anúncio na tv negando o que você crê.

Na teoria da anulabilidade de Klein, “o derrotador genuíno de uns pode ser o derrotador enganador de outros em alguns casos cuidadosamente escolhidos.”⁸⁶ Nos casos de Harman, isso certamente acontece e dá conta das intuições divergentes. A teoria da anulabilidade explica essas intuições com o aparato anulabilista. Basta que entendamos que tipo de derrotador inicial é aquele que está agindo contra a justificção do sujeito, e então saberemos se aquele é um derrotador que só emprega verdades ou um derrotador que precisa empregar falsidades para cancelar a justificção dele.

⁸⁶ (DE ALMEIDA & FETT, 2015)

4 CRENÇAS FALSAS, ANULABILIDADE E CONHECIMENTO INFERENCIAL

Ao final do capítulo anterior, descrevíamos a satisfação das tarefas com as quais a teoria anulabilista de Peter Klein se comprometera. Vimos que a análise anulabilista (i) parece resolver o problema de Gettier, que (ii) algumas das mais relevantes objeções a ela na literatura são respondidas adequadamente, e que, aparentemente, (iii) qualquer caso pode ser julgado um caso de conhecimento ou ignorância por meio do aparato anulabilista apresentado – inclusive os assim-chamados “casos em penumbra”, em face dos quais os juízos sobre a presença de conhecimento divergem.⁸⁷

Recentemente, contudo, uma grande ameaça se impõe ao anulabilismo de Klein. Na realidade, tal ameaça se impõe a todas as teorias do conhecimento das quais temos notícia. A objeção de que trataremos neste capítulo decorre da descoberta de um fenômeno epistêmico ignorado pela epistemologia contemporânea até há pouco: a possibilidade de se obter conhecimento inferencial essencialmente com base em crenças falsas. Nossa tarefa é, primeiramente, entender esse fenômeno para, então, compreendermos como ele constitui uma devastadora objeção ao anulabilismo de Klein e como, por último, a teoria da anulabilidade acomoda o novo dado epistemológico da possibilidade de haver conhecimento com base em falsidades.

4.1 CONHECIMENTO INFERENCIAL E CRENÇAS FALSAS

Conhecimento inferencial é o tipo de conhecimento produzido através de uma inferência, isto é, de um processo cognitivo em que a crença item de conhecimento surge em virtude de (isto é, causada por) e com base em outra(s) crença(s), as quais são ou itens de conhecimento ou ao menos crenças verdadeiras justificadas. Se perguntados sobre o papel de crenças falsas na produção desse tipo de conhecimento, provavelmente não teríamos dificuldade em responder. Tradicionalmente, crenças falsas não desempenham nenhum papel

⁸⁷ Vale observarmos aqui que, além das objeções discutidas e tratadas no capítulo anterior, há, na literatura, uma resposta a uma das mais fortes objeções à teoria da anulabilidade, a saber, a de Richard Feldman – por meio do assim-chamado “Caso do Rádio” – segundo a qual a teoria da anulabilidade é muito forte, pois exclui casos claros de conhecimento ao tomá-los como casos de Gettierização. Veja (FELDMAN 2003, p. 34). Veja a reconstrução desta objeção e a nossa resposta a ela em (DE ALMEIDA & FETT, 2015). Além disso, recentemente, John Williams apresentou uma nova objeção à teoria da anulabilidade, segundo a qual a teoria não permite que tenhamos meta-conhecimento – isto é, não há a possibilidade de saber que se sabe. Veja (WILLIAMS, 2015). Infelizmente, o tratamento da objeção de Williams não cabe no escopo deste ensaio.

epistêmico na sua aquisição. Antes, é trivialmente aceito que crenças falsas são o tipo de coisa que, quando está essencialmente presente no raciocínio, impede o sujeito de ganhar conhecimento inferencial.⁸⁸

O início da epistemologia contemporânea evidencia claramente essa enraizada tradição. Basta notarmos que em todos os casos Gettier nos quais havia a presença de uma crença falsa no raciocínio do protagonista, era justamente a crença falsa que explicava a ausência de conhecimento naqueles casos. Afinal de contas, supondo, como Platão, que conhecimento é o mais valioso *status* epistêmico, não pode ser o caso que ele, alguma vez, constitua-se sobre uma base epistemicamente tão pobre como uma crença falsa.

Aquela intuição pré-teórica foi devidamente articulada para tornar-se o núcleo da primeira tentativa de solução ao problema de Gettier oferecida na literatura: a teoria *No-False-Lemmas*, como nós explicávamos no capítulo 2. Michael Clark, após confrontar-se com os casos I e II de Gettier, concluiu que a melhor explicação para a ausência de conhecimento naqueles casos é que, em ambos, o raciocínio que o protagonista emprega levando-o até a sua conclusão verdadeira depende essencialmente de uma crença falsa. Tirássemos as respectivas falsidades dos sistemas de crença dos sujeitos Gettierizados, veríamos que eles não chegariam a crer nas verdades que fortuitamente acreditaram, pois eles não teriam outras razões sustentando-as. Afinal, é uma tremenda sorte que alguém infira uma crença verdadeira com base em uma premissa falsa, e é exatamente isso o que explica por que a conclusão Gettierizada, embora seja verdadeira e justificada, não é um caso de conhecimento. É largamente aceito que crença que é verdadeira por pura sorte não constitui um item de conhecimento.⁸⁹

Ainda que a teoria *No-False-Lemmas* de Clark mostre-se incapaz de explicar o fenômeno da Gettierização, uma importante lição nos foi dada por ela, a saber, que conhecimento, se inferencial, não pode ser baseado em crenças falsas – tal que na literatura pós-Gettier (isto é, após a publicação do artigo relevante de Gettier) conhecimento inferencial é definido como, no mínimo, crença verdadeira justificada que não depende de crenças falsas.

Assim, aquela intuição sobre a impossibilidade de conhecimento via falsidade ratificou uma tradição filosófica em epistemologia, a qual já era explicitamente assumida desde

⁸⁸ Essa pressuposição é explicitamente aceita desde os antigos, como Aristóteles em “Analíticos Posteriores”, até a contemporaneidade, como em (CLARK, 1963), (HARMAN, 1973), e (ARMSTRONG, 1973). Referências históricas de filósofos que endossaram essa ideia podem ser encontradas em (DE ALMEIDA, a ser publicado).

⁸⁹ Essa ideia é comumente chamada de “intuição anti-sorte.” O rótulo é de Duncan Pritchard, que a defende extensivamente em (PRITCHARD, 2005).

Aristóteles.⁹⁰ Para salientar essa referência à história da filosofia, nós chamaremos essa tradição de “ortodoxia sobre conhecimento inferencial”, abreviando-a por “ortodoxia.” Seu núcleo encontra-se na seguinte afirmação.

Ortodoxia: Conhecimento inferencial da conclusão de um raciocínio exige premissas verdadeiras como sua base.⁹¹

Contudo, há relativamente pouco tempo na história da epistemologia, alguns sutis excertos nos alertaram sobre a necessidade de não tomarmos tão facilmente a Ortodoxia como a palavra final em se tratando da relação entre crenças falsas e conhecimento inferencial. O início (demasiado simples) de uma forte ameaça à Ortodoxia deve-se a dois exemplos postos em circulação respectivamente por John Turk Saunders & Narayan Champawat, em (1964), e por Risto Hilpinen, em (1988). Vejamos um deles:

A Temperatura: Uma mãe suspeita que o seu filho esteja com febre, e quando ela tira a temperatura e olha para o termômetro, ela o toma como mostrando 40.0 graus Celsius. Vamos chamar a criança de “c” e o termômetro de “M”. Se o termômetro é bastante preciso e a mãe tem uma visão razoavelmente boa, nós podemos dizer sob estas circunstâncias que ela sabe que o seu filho está com febre, isto é, que $T(c) > 37.0$. (Dizer que a criança está com febre é apenas outro modo de dizer que a temperatura da criança é maior do que 37.0 graus Celsius) Mas a mãe não precisa ter uma visão perfeita e o termômetro não precisa ser completamente preciso (poucos o são): o resultado real do termômetro poderia ser $M(c) = 39.8$, e a temperatura real da criança poderia ser 39.2 graus Celsius. [...] Esse exemplo sugere que uma pessoa pode saber coisas não apenas com base em inferência válida do que ela já sabe, mas em alguns casos mesmo com base em inferência do que não é conhecido (ou sequer verdadeiro), desde que a última proposição (evidencial) seja suficientemente próxima à verdade.⁹²

⁹⁰ Cf. Aristóteles, *Analíticos Posteriores*, 72a 25-30.

⁹¹ Nós estamos usando a mesma definição do que Ted Warfield chamou de *perspectiva standard sobre conhecimento inferencial* em (WARFIELD, 2005, p. 405).

⁹² No original, em inglês: “A mother suspects that her child has temperature, and when she measures the temperature and looks at the thermometer, she takes it to read 40.0 degrees Celsius. Let us call the child ‘c’ and the thermometer again ‘M’. If the thermometer is fairly accurate and the mother has reasonably good eyesight, we can say under these circumstances that she knows that the child has temperature, i.e., that $T(c) > 37.0$. (To say that the child has temperature is just another way of saying that the temperature of the child is more than 37 degrees Celsius.) But the mother need not have perfect eyesight and the thermometer need not be completely accurate (few ordinary thermometers are): the actual thermometer reading might be $M(c) = 39.8$, and the actual temperature of the child might be 39.2 degrees Celsius. [...] This example suggests that a person can know things not only on the basis of (valid) inference from what he or she knows, but in some cases even on the basis of inference from what is not known (or even true), provided that the latter (evidential) propositions are sufficiently close to the truth.” (HILPINEN, 1988, p. 163-4).

Parece que seria possível, para a mãe, saber que o seu filho está com febre com base em uma crença falsa – a crença no que o termômetro imprecisamente está indicando a ela. O exemplo nos convida a fazer as suposições de que se o termômetro marcasse a falsidade de que a temperatura da criança é de 39.8°, quando, na realidade, seria ela 39.2°, a mãe poderia saber que o seu filho está com febre por meio da sua crença-alvo baseada na falsidade de que a temperatura da criança é de 39.8°. Tudo leva a crer que essa crença falsa da mãe poderia produzir conhecimento para ela; que há casos nos quais se pode alcançar conhecimento inferencial com base em uma falsidade.

Se Hilpinen está correto quanto ao juízo sobre o cenário hipotético no caso acima, há um sério problema para a Ortodoxia. Esta é exatamente a ameaça a qual nos referíamos anteriormente: se é possível se adquirir conhecimento em virtude de uma base evidencial que depende essencialmente de uma falsidade, então a Ortodoxia é falsa.

Nos últimos dez anos, um bom número de ostensivos casos de conhecimento inferencial com base em falsidades foi posto em circulação. Trata-se de casos nos quais a crença falsa relevante desempenha um papel *essencial* na cognição da crença-alvo – isto é, as crenças falsas desempenham um papel indispensável tanto na justificação como na causação dos alegados itens de conhecimento; não fosse a presença da crença falsa no raciocínio do sujeito, nada garante que ele ganharia conhecimento da sua conclusão (ou sequer acreditaria nela). Considere mais alguns exemplos:

A Secretária: Com base na minha memória aparente, eu creio que a minha secretária me disse na sexta-feira que eu tenho um compromisso na segunda-feira com um aluno. Dessa crença, eu infiro que eu tenho um compromisso na segunda-feira. Suponha, além disso, que de fato eu tenho um compromisso na segunda-feira, e que a minha secretária me disse isso. Mas, ela me disse isso na quinta-feira, não na sexta-feira. Eu sei que eu tenho um compromisso embora eu tenha inferido essa minha crença da proposição falsa de que a minha secretária me disse na sexta-feira que eu tenho um compromisso na segunda-feira.⁹³

O Encontro: Eu tenho um encontro às 19h e tenho extrema confiança na precisão do meu relógio de luxo. Tendo perdido a noção do horário e querendo chegar em tempo para o encontro, eu olho cuidadosamente para o meu relógio e raciocino: ‘São exatamente 14h58min; portanto, eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h’.

⁹³ No original, em inglês: “The Appointment Case. On the basis of my apparent memory, I believe that my secretary told me on Friday that I have an appointment on Monday with a student. From that belief, I infer that I do have an appointment on Monday. Suppose, further, that I do have an appointment on Monday, and that my secretary told me so. But she told me that on Thursday, not on Friday. I know that I have such an appointment even though I inferred my belief from the false proposition that my secretary told me on Friday that I have an appointment on Monday.” (KLEIN, 2008, p. 36).

Eu sei a minha conclusão, mas, na realidade, são exatamente 14h56min, não 14h58min.⁹⁴

Para muitos, parecerá que eu sei que eu tenho um compromisso na segunda mesmo quando essa minha conclusão é baseada na crença falsa de que a minha secretária me avisou sobre esse compromisso na sexta. Para muitos, parecerá, igualmente, que eu sei que eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h, ainda que eu tenha baseado essa minha conclusão na crença falsa que são 14h58min. Para muitos, enfim, parecerá que é possível que eu adquira conhecimento de uma conclusão com base em um raciocínio envolvendo essencialmente uma falsidade.

4.2 A TEORIA DA ANULABILIDADE É AMEAÇADA

Nem Saunders & Champawat nem Risto Hilpinen ofereceram qualquer explicação completa para os casos extraordinários de conhecimento *via* crença falsa que eles consideraram.⁹⁵ O foco dos seus respectivos artigos era outro e, até alguns anos atrás, não houve quem prestasse a eles a merecida atenção. Foi Peter Klein, por sua vez, quem primeiro desbravou este território epistemológico desconhecido.⁹⁶ Em seu (2008), ele alega de forma categórica haver a possibilidade de que crenças falsas desempenhem um papel essencial na causação e justificação de crenças que são candidatas a conhecimento inferencial. É claro que não é o caso que quaisquer crenças falsas seriam adequadas para esse trabalho.

Tradicionalmente, as crenças falsas são obviamente culpadas pelo fracasso dos sujeitos Gettierizados ao falhar em adquirir conhecimento inferencial. De maneira que apenas certo tipo de crenças falsas serviria: as *crenças falsas úteis*, como Klein as batiza. A fim de responder à mais fundamental das questões sobre o problema, a saber, “o que permite o extraordinário

⁹⁴ No original, em inglês: “I have a 7pm meeting and extreme confidence in the accuracy of my fancy watch. Having lost track of the time and wanting to arrive on time for the meeting, I look carefully at my watch. I reason: ‘It is exactly 2:58pm; therefore I am not late for my 7pm meeting’. Again I know my conclusion, but as it happens it’s exactly 2:56pm, not 2:58pm.” (WARFIELD, 2005, p. 408).

⁹⁵ Embora Ted Warfield tenha esboçado uma tentativa de explicação para o fenômeno do conhecimento *via* falsidade em (WARFIELD, 2005), não há nenhuma teoria substantiva explicando o fenômeno naquela publicação.

⁹⁶ O primeiro tratamento que Klein oferece ao fenômeno aparece em palestras ministradas por volta de 1999. Veja (DE ALMEIDA, 2004), para o tratamento do problema na sua primeira fase, anterior a qualquer publicação. Veja ainda (DE ALMEIDA, a ser publicado), para a mais recente proposta de explicação do problema do conhecimento *via* falsidade em termos anulabilistas.

fenômeno epistêmico do conhecimento via falsidade?”, Klein desenvolve o conceito de *falsidade útil*. É o que nós exploraremos no que segue.

4.3 FALSIDADES INOFENSIVAS

É importante que não confundamos as falsidades úteis com as assim-chamadas *falsidades inofensivas*, que figuram nos casos de *superdeterminação epistêmica*. Superdeterminação epistêmica é o fenômeno que acontece nas circunstâncias em que, para um sujeito, há duas ou mais diferentes fontes independentes disponíveis para (i) causar e/ou (ii) justificar as suas crenças, sendo cada uma delas suficiente por si mesma para a causação ou justificação.

Há metáforas bem conhecidas que nos podem ajudar a compreender esse fenômeno da abundância de fontes causais e evidências. Uma torneira cuja água é liberada por duas válvulas (uma de água quente e uma de água fria, suponhamos) exemplifica como um estado de coisas – neste caso, a liberação de uma corrente de água – pode ser causado por mais de uma fonte, quando as duas torneiras estiverem abertas. Mais importante ainda é notarmos que uma das válvulas abertas já seria suficiente para que o estado de coisas em questão fosse causado.

O mesmo pode acontecer, em princípio, com estados doxásticos (crença, descrença ou suspensão de juízo), sejam eles ou causados por duas ou mais fontes independentes, quando uma delas é por si mesma suficiente para a produção do estado doxástico – superdeterminação causal – ou sustentados por diferentes corpos evidenciais, quando um deles já seria suficiente para sustentar o estado doxástico – superdeterminação evidencial. Nesse sentido, Peter Klein, para ilustrar o fenômeno, considera uma versão de um conhecido exemplo oferecido originalmente por Keith Lehrer:

Havit/Nogot - Superdeterminação: Suponha que eu estou doxasticamente justificado em crer que Havit possui um Ford (o que é verdadeiro), e que eu também estou justificado em crer que Nogot possui um Ford (o que é falso). Com base nessas duas crenças eu infiro, e assim passo a saber, que alguém na turma possui um Ford.⁹⁷

⁹⁷ No original, em inglês: “Suppose that I am doxastically justified in believing that Havit owns a Ford (which is true) and also justified in believing that Nogot owns a Ford (which is false). On the basis of those two beliefs, I infer, and thereby come to know, that someone in the class owns a Ford.” (KLEIN, 2008, p. 41).

Nesse caso, minha conclusão é superdeterminada porque existem duas bases evidenciais (dois corpos de evidência distintos) justificando-a, sendo cada um dos quais, por si só, suficiente independentemente para justificar a conclusão para mim. A circunstância é tal que a premissa falsa sobre Nogot possuir um Ford é *dispensável* para a justificação da minha conclusão. Eu não preciso da premissa sobre Nogot para estar justificado e, assim, saber que alguém na turma possui um Ford porque a premissa sobre a Sra. Havit já é evidência suficiente para bem me justificar em crer e, assim, saber, que alguém na turma possui um Ford.

Nos casos de superdeterminação epistêmica, como foi dito anteriormente, nós iremos nos deparar com as chamadas falsidades inofensivas.⁹⁸ Estas falsidades são o tipo de falsidade que “convive bem com conhecimento”, por assim dizer, porque o conhecimento nunca dependerá delas, uma vez que haverá verdades suficientes para causar e justificar, em nível de conhecimento, a crença-alvo do sujeito. Um caso como **Havit/Nogot - Superdeterminação** é, como Alvin Goldman observou, “um tipo de caso em que uma das evidências de S para P pode ser falsa sem impedi-lo de saber P . . . porque a proposição falsa é uma suposição de fundo que é dispensável.”⁹⁹

Um exemplo de falsidade inofensiva é a crença falsa no caso acima, a saber, “Nogot possui um Ford.” Falsidades inofensivas são crenças falsas que, embora atuantes no seu raciocínio, não oferecem ameaça ao *status* epistêmico da conclusão para a qual são base causal ou evidencial. Trata-se de crenças que não são prejudiciais à obtenção de conhecimento, e dispensáveis para alcançá-lo, isto é, das quais você não depende a fim de saber a sua conclusão. Fossem elas eliminadas da sua vida mental, não haveria qualquer dano ao *status* epistêmico da sua conclusão conhecida.

Uma falsidade inofensiva é *dispensável*, ao invés de *essencial*, em vista da possibilidade de adquirir conhecimento. Tenha em mente que, como dito antes, interessantes não são os casos de conhecimento *apesar* da falsidade, mas sim os casos de conhecimento *essencialmente em virtude* da falsidade. Passemos, agora, à análise das crenças falsas capazes de produzir conhecimento, as quais são essenciais para a sua causação e justificação.

⁹⁸ O termo ‘falsidades inofensivas’ é de Keith Lehrer, e aparece pela primeira vez em (LEHRER, 1974, p. 219).

⁹⁹ (GOLDMAN, 1967, p. 368).

4.4 CRENÇAS FALSAS ÚTEIS

Falsidades úteis são crenças falsas essenciais a fim de se obter certo item de conhecimento inferencial; essenciais tanto para a sua causação (isto é, para a produção da crença que é item de conhecimento) quanto para a sua justificação. As falsidades úteis são tais que se o sujeito não as cresse e não as tivesse no raciocínio levando-o até a sua conclusão, nada garante que ele obteria conhecimento da crença-alvo de alguma outra forma. Em outras palavras, falsidades úteis são *indispensáveis* nos casos em que ocorrem. E, de acordo com Peter Klein, são as falsidades úteis que explicam, junto com a teoria da anulabilidade, como é possível haver conhecimento via falsidade.

Klein propõe a seguinte análise para explicar o papel das falsidades úteis na produção de conhecimento inferencial:

A crença F é uma falsidade útil para S (para adquirir conhecimento de H) por produzir uma crença doxasticamente justificada H se e somente se:

1. F é falsa.
2. A crença F é doxasticamente justificada para S.
3. A crença F é essencial na produção causal da crença H.
4. F justifica proposicionalmente H.
5. F acarreta uma proposição verdadeira, T.
6. T justifica proposicionalmente H.
7. Seja o que for que justifique a crença F para S, também justifica proposicionalmente T para S.¹⁰⁰

Em um caso de falsidade útil, se o sujeito protagonista ganha conhecimento da crença-alvo, ele o faz essencialmente através de um raciocínio envolvendo uma crença falsa – isto é, indispensavelmente por meio desse raciocínio. A aquisição de conhecimento por essa via só é possível porque a crença falsa em questão satisfaz todas as condições expressas pelas condições 1-7 da análise acima. Nós vamos analisá-las uma a uma.

Naturalmente, as crenças falsas úteis devem ser falsas; que elas não fossem, seria um dado incompreensível, e isso explica a condição 1 da análise.

¹⁰⁰ Cf. (KLEIN, 2008, p. 48).

Também é o caso que para produzir uma crença doxasticamente justificada para S, a crença falsa útil deve ser ela própria doxasticamente justificada para S. Afinal, é tipicamente assumido pela maioria dos epistemólogos que quando uma crença é doxasticamente justificada inferencialmente, isto é, por outra crença, essa última deve ter um *status* epistêmico positivo para tornar a primeira justificada – para transmitir tal *status* epistêmico positivo à primeira – (isto é, para intitulá-la com justificção epistêmica), caso contrário seria incompreensível como a última passa a ser justificada por uma crença que é injustificada. Isso explica a plausibilidade da condição 2.¹⁰¹

A condição 3 faz com que a crença falsa útil não seja confundida com uma falsidade inofensiva. As falsidades úteis são tão essenciais para a produção da crença-alvo tal que só há a crença-alvo porque ela, a falsidade, a causou. As falsidades inofensivas, por sua vez, não são essenciais para a produção da crença-alvo.

A condição 4 é explicada pela implicação entre os tipos de justificção. Uma vez que a crença falsa útil produz uma crença doxasticamente justificada para S, e uma vez que justificção doxástica implica justificção proposicional, a crença falsa útil justifica proposicionalmente a crença-alvo que produz.

Chegamos à condição 5. A explicação para a sua inclusão na análise das crenças falsas úteis remonta à intuição de Risto Hilpinen sobre o caso **A Temperatura** -- um suposto caso de conhecimento via falsidade que considerávamos anteriormente, na seção 4.1 deste capítulo. Ao comentar aquele caso, Hilpinen escreveu:

[...] Esse exemplo sugere que uma pessoa pode saber coisas não apenas com base em uma inferência (válida) daquilo que ela já sabe, mas, em alguns casos, mesmo com base em inferência do que não é conhecido (ou nem sequer verdadeiro), contanto que essas últimas proposições (evidenciais) sejam suficientemente próximas à verdade.¹⁰²

¹⁰¹ A inclusão dessa condição na análise das crenças falsas úteis traz à tona o velho problema sobre a estrutura da justificção epistêmica, conhecido como o “Problema do Regresso” ou “Trilema de Agripa.” Trata-se de pressionar o status da crença que constitui o último link na cadeia justificadora ao pedir um justificador para ela própria, e em seguida, para o link imediatamente anterior a ela, e fazer o mesmo com este último, e assim regressivamente. Atualmente, na literatura sobre o tópico, há três alternativas (não-céticas) de solução ao problema: o Fundacionismo, o Coerentismo, e o Infinitismo. A análise das falsidades úteis com a qual nos ocupamos neste capítulo não depende dos resultados dessa disputa, uma vez que ela é compatível com qualquer das três teses sobre a estrutura da justificção epistêmica. Veja isso em (KLEIN, 2008, p. 32-33).

¹⁰² No original, em inglês: “This example suggests that a person can know things not only on the basis of (valid) inference from what he or she knows, but in some cases even on the basis of inference from what is not known (or even true), provided that the latter (evidential) propositions are sufficiently close to the truth.” (HILPINEN, 1988, p. 164).

De acordo com Klein, é essa “proximidade à verdade” das falsidades úteis, a qual Hilpinen se refere, o que as torna capazes de produzir conhecimento para o sujeito. Mas o que significa, afinal de contas, para uma crença falsa ser “suficientemente próxima à verdade”? É exatamente o que a satisfação das condições 5, 6, e 7 da análise pretendem, conjuntamente, explicitar.

Para explicar a metáfora da *proximidade à verdade*, encarnada nas condições 5, 6, e 7, Peter Klein usa a noção de *rota evidencial*: nada mais do que o “caminho” atual ou hipotético de uma cadeia inferencial justificadora; em outras palavras, os passos de um raciocínio, das suas premissas à sua conclusão. O ponto é que Klein acredita que todo caso de falsidade útil terá as seguintes rotas evidenciais:¹⁰³

A. X → F → H

B. X → T → H

Em todo caso de falsidade útil, a rota evidencial A é a rota presentemente tomada, onde a evidência, X, justifica doxasticamente a crença falsa útil, F, que, por sua vez, justifica doxasticamente a conclusão, H. Em todo caso de falsidade útil, também há uma rota evidencial como B, que é apenas possível (hipotética), mas que não é presentemente tomada por S. Em B, a evidência, X, justifica proposicionalmente uma proposição verdadeira, T, que é, por sua vez, capaz de justificar proposicionalmente a conclusão, H.

O ponto é que a conclusão H produzida (causada) pela rota A deve parte da sua epistemização à mera existência da rota B – isto é, H, se é um caso de conhecimento, só o é porque há uma verdade T que justifica proposicionalmente H, sendo ela, T, justificada pelo mesmo corpo evidencial que justifica F – como veremos que exigirão, conjuntamente, as condições 5, 6, e 7.

Como observou Claudio de Almeida, a *proximidade suficiente à verdade* é algo como “a disponibilidade de uma verdade epistemicamente relevante em um caso de falsidade útil.”¹⁰⁴ De acordo com a proposta de Klein, essa verdade epistemicamente relevante deve ser acarretada pela falsidade útil, como pede a condição 5, para que a falsidade tenha a capacidade de produzir conhecimento. Desse modo, S só sabe H porque, embora seja a crença F o que produz H, há

¹⁰³ Cf. (KLEIN, 2008, p. 37).

¹⁰⁴ (DE ALMEIDA, 2004).

uma proposição verdadeira T que é acarretada por F dando a F condições de tornar H um item de conhecimento.¹⁰⁵

Ainda sobre a relação de acarretamento entre F e T, não esqueçamos que T precisa ser capaz de justificar proposicionalmente H, como pede a condição 6 da análise. A explicação para essa exigência pode não ser óbvia. Pois parece que sempre que F justificar proposicionalmente H e F acarretar T, então T justificará proposicionalmente H. Mas isso não é o caso. Imagine que a minha evidência X é uma conjunção com três conjuntos, por exemplo: E, que justifica proposicionalmente Y; U, que anula a justificação de Y por E; e R que anula o efeito de U. Imagine, além disso, que Z é a conjunção (E & U) que, por estipulação, não justifica proposicionalmente Y. Note que a conjunção X justifica proposicionalmente Y e acarreta a conjunção Z. Mas, Z – a conjunção acarretada – não justifica proposicionalmente Y.¹⁰⁶

Além de livrar-nos da sutileza formal exposta acima, a condição 6 ajuda-nos a entender como a verdade T contribui neste cenário extraordinário para que S possivelmente adquira conhecimento de H. Não esqueçamos que T não contribui na causação de H, mas contribui apenas em virtude de sua mera existência e por justificar proposicionalmente H. De acordo com a proposta de Klein, embora T não contribua na causação de H, ela contribui *garantindo que haja a rota evidencial “sadia”* que permite que F possa epistemizar H em nível de conhecimento. Nós veremos em breve em que sentido uma rota evidencial é “sadia” (isto é, boa o suficiente) para produzir conhecimento.

Finalmente, para explicar a inclusão da condição 7, notemos que a verdade T tem de ser ao menos proposicionalmente justificada para que contribua na justificação proposicional de H. Basta recordarmos que um justificador deve ser ele próprio justificado para que a intitulação epistêmica que ele oferece seja eficaz. É daí que surge a exigência de que haja uma rota evidencial que justifique T para S. E para garantir esse status epistêmico a T, o mais plausível é exigir, como a condição 7 o faz, que o que quer que justifique proposicionalmente F também justifique proposicionalmente T.

Mas, como é possível garantir que haja uma rota evidencial que justifique T para S em virtude da exigência de que o que justifica proposicionalmente F também deve justificar proposicionalmente T? Porque a falsidade F será sempre equivalente à conjunção (F & T)

¹⁰⁵ Para uma crítica a essa explicação de Klein acerca de como a verdade T pode contribuir para a epistemização em nível de conhecimento da crença-alvo H, veja (DE ALMEIDA, 2004). Para a rejeição completa daquela explicação oferecida por Klein e a proposta de uma nova explicação, veja (DE ALMEIDA, a ser publicado).

¹⁰⁶ Cf. (KLEIN, 2008, p. 51-52).

assegurando assim que T terá o seu *status* epistêmico garantido sempre que F tiver o seu. Observe os casos **A Secretária** e **O Encontro** para ver como isso é o caso:

“A minha secretária me disse na sexta-feira que eu tenho um compromisso na segunda-feira” \equiv [(“A minha secretária me disse na sexta-feira que eu tenho um compromisso na segunda-feira”) & (“A minha secretária me disse que eu tenho um compromisso na segunda-feira”)].¹⁰⁷

“São exatamente 14h58min. Portanto, eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h” \equiv [(“São exatamente 14h58min. Portanto, eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h”) & (“Ainda não são 19h. Portanto, eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h”)].¹⁰⁸

A crença falsa F sempre será equivalente à conjunção (F & T). Sempre que (F & T) for justificada para S, então ambos F e T serão, individualmente, justificados para S. Desse modo, sempre que S tiver boa justificação para crer F, S terá boa justificação para crer (F & T), e assim terá boa justificação para crer T. Do mesmo modo, sempre que F tiver status epistêmico positivo, T terá status epistêmico positivo. Isso faz jus ao que pede a condição 7 da análise.¹⁰⁹

Agora que já estamos familiarizados com a notícia dos supostos casos de conhecimento via falsidade e já temos, inclusive, uma explicação de que tipo de falsidade é capaz de produzir conhecimento, vejamos como a possibilidade desse fenômeno extraordinário na cena epistemológica coloca *sub judice* a teoria da anulabilidade de Peter Klein.

4.5 CONTRA O ANULABILISMO DE KLEIN

No capítulo anterior, nós descrevemos, em detalhes, como a teoria da anulabilidade proposta por Peter Klein acomoda um grande conjunto de *desiderata epistêmicos*, sem sucumbir a objeções. Para os fins do restante deste capítulo, vejamos como a análise anulabilista de Klein é especificamente arranjada em termos de conhecimento inferencial.

¹⁰⁷ Cf. (KLEIN, 2008, p. 43).

¹⁰⁸ Cf. (KLEIN, 2008, p. 43).

¹⁰⁹ Veja esse argumento ordenadamente formalizado em (KLEIN, 2008, p. 53-54).

S sabe inferencialmente que H se e somente se:

- i) H;
- ii) S crê que H;
- iii) A crença de S em H é inferida de e doxasticamente justificada por outra crença, E, que é, por sua vez, doxasticamente justificada.
- iv) Não existe derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer uma das proposições na rota evidencial até E e incluindo E, e não existe derrotador da justificação proposicional de qualquer proposição entre E e H.¹¹⁰

Se aceitarmos juntamente com essa análise a teoria anulabilista do conhecimento completa, tal como nós a apresentamos no capítulo anterior, teremos problemas ao tratar dos casos de falsidade útil. A teoria da anulabilidade tradicional não admite que um caso de falsidade útil conte como um caso de conhecimento, uma vez que em todo caso de falsidade útil há um derrotador genuíno da justificação de S para a crença-alvo, a saber, a negação da falsidade útil. Em cada um daqueles casos considerados anteriormente há um derrotador genuíno da justificação da crença-alvo H por F, a saber, $\sim F$. A negação de F é uma proposição verdadeira que derrota genuinamente a justificação de H para S. A conjunção de F com o derrotador genuíno $\sim F$ derrota a justificação de H, uma vez que a sua inclusão no sistema doxástico de S cria uma incoerência que torna H injustificado para S, tal que $(F \& \sim F) \vdash \neg H$.

Desse modo, em face dos casos de crenças falsas úteis, a teoria da anulabilidade é muito forte e exclui supostos casos de conhecimento. Para Klein, esse veredito é comprometedor porque ele próprio reconhece que as falsidades úteis são capazes de nos levar ao conhecimento. Por essa razão, ele inclui uma nova cláusula na análise de conhecimento, que compreenda o papel das falsidades úteis na produção de conhecimento inferencial e imponha a elas as exigências anulabilistas necessárias.

(iv) revisada: se E é verdadeira, então não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer uma das proposições na rota evidencial até e incluindo E e não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer proposição entre E e H; se E é falsa, então não há derrotador genuíno da justificação proposicional de

¹¹⁰No original, em inglês: “S *inferentially* knows that *h* iff: (i) *h* is true. (ii) S believes that *h*. (iii) S's belief that *h* is inferred (directly or indirectly) from and doxastically justified (directly or indirectly) by another belief, say the belief that *e*, which is doxastically justified. (iv) There is no genuine defeater of the propositional justification of any of the propositions in the evidential path up to and including *e*, and there is no genuine defeater of the propositional justification of any proposition between *e* and *h*.” (KLEIN, 2008, p. 32).

qualquer uma das proposições na rota evidencial até e incluindo T e não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer proposição entre T e H.¹¹¹¹¹²

De acordo com Klein, nos casos de falsidade útil, para sabermos se a justificação do sujeito é derrotada – e, assim, defectiva – não devemos observar a rota evidencial presentemente tomada por S, a qual justifica doxasticamente a crença-alvo, como usualmente deve ser o caso. Ao invés disso, devemos observar a rota evidencial envolvendo a verdade T, a qual justifica proposicionalmente a crença-alvo.

Crenças falsas nos casos Gettier não exemplificam o tipo de falsidade capaz de produzir conhecimento para o sujeito; antes, como já observamos anteriormente, nos casos Gettier em que há uma falsidade no raciocínio do sujeito Gettierizado, a presença desta falsidade é a explicação para a ausência de conhecimento. Falsidades úteis, por sua vez, são instâncias do tipo de falsidade que pode produzir conhecimento.

Mas o que faz as falsidades úteis diferentes das falsidades que impedem a aquisição de conhecimento nos casos Gettier? Considere novamente o caso Sr. Nogot.

- (E) Nogot dirige um Ford, estaciona-o em sua garagem, diz a todos que possui um Ford, possui um título de propriedade aparentemente válido de um Ford, etc.
- (P) Nogot, que está na minha turma, possui um Ford.
- (Q) Alguém na minha turma possui um Ford.
- (D) Nogot não possui Ford algum.
- (T) Ou Nogot possui um Ford ou Havit possui um Ford.

Esse é um caso de Gettierização porque há um derrotador genuíno da justificação da crença-alvo Q pela falsidade P -- a saber, D, o contraditório dessa falsidade, que é uma proposição verdadeira fora da vida mental do sujeito. A pergunta relevante aqui é a seguinte: por que julgamos os casos de falsidade útil como não tendo a mesma forma dos casos de Gettierização? Para prepararmos o cenário da objeção que vamos apresentar, considere o seguinte caso, que Klein toma como um exemplo de caso de falsidade útil.

¹¹¹ No original, em inglês: “(iv) revised: If *e* is true, then there is no genuine defeater of the propositional justification of any of the propositions in the evidential path up to and including *e* and there is no genuine defeater of the propositional justification of any proposition between *e* and *h*; if *e* is false, then there is no genuine defeater of the propositional justification of any of the propositions in the evidential path up to and including *t* and there is no genuine defeater of the propositional justification of any proposition between *t* and *h*, where *t* is defined by Conditions 1-7.” (KLEIN, 2008, p. 49-50).

¹¹² A proposição verdadeira T, nessa análise, é definida pelas sete condições apresentadas anteriormente na análise das falsidades úteis.

Papai Noel: Mamãe e papai dizem à pequena Virgínia que o Papai Noel colocará presentes sob a árvore na véspera de Natal. Crendo no que os seus pais dizem a ela, Virgínia infere que haverá presentes sob a árvore na manhã de Natal. Ela sabe disso.¹¹³

De acordo com Klein, esse é mais um exemplo de como, algumas vezes, “falsidades são o caminho para o conhecimento.” Aqui, a garotinha passa a saber que haverá presentes sob a árvore na manhã de Natal unicamente em virtude da falsidade sobre a existência do Papai Noel e seu hábito de trazer presentes no Natal. Este pode ser um caso de conhecimento porque a falsidade relevante é uma falsidade útil, conforme as condições 1-7 da análise que Klein propõe. O importante é notarmos que a falsidade útil implica uma verdade que justifica proposicionalmente a crença-alvo de Virgínia, a saber, a verdade de que “ou o Papai Noel, ou mamãe e papai colocarão presentes sob a árvore na véspera de Natal.” Há neste caso - como nos outros casos de falsidade útil - uma rota evidencial envolvendo só verdades que não é derrotada genuinamente por quaisquer outras proposições verdadeiras.

Mas note que no caso **Sr. Nogot** também há uma rota evidencial envolvendo só verdades, na qual a justificação proposicional da crença-alvo é obtida por meio de uma proposição verdadeira implicada pela falsidade da rota presentemente tomada pelo sujeito. Mais especificamente, no caso **Sr. Nogot**, também é possível identificar uma “verdade próxima” à falsidade “Nogot possui um Ford”, a saber, “ou Nogot possui um Ford, ou Havit possui um Ford.” Além disso, essa “verdade próxima”, como a metáfora a chamaria, justifica proposicionalmente a crença-alvo Q, “alguém na minha turma possui um Ford”.

Como vimos recém acima, Klein tem uma explicação sobre por que esse caso não é um caso de conhecimento, ao passo que o caso **Papai Noel** pode sê-lo: a rota evidencial envolvendo a verdade implicada pela falsidade relevante é quebrada; isto é, a justificação proposicional para a crença-alvo naquela rota é genuinamente derrotada pela verdade D, “Nogot não possui um Ford.” Lembre-se que nessa rota evidencial a razão em favor da crença-alvo é unicamente a disjunção “ou Nogot possui um Ford, ou Havit possui um Ford”. Contudo, a única evidência para essa disjunção é o falso disjunto acerca do Sr. Nogot. Fica claro que assim que o sujeito passasse a crer na verdade D, “Nogot não possui Ford algum”, ele perderia a justificação para crer na disjunção e, por conseguinte, perderia a justificação para a crença-alvo.

¹¹³ No original, em inglês: “The Santa Claus Case. Mom and Dad tell young Virginia that Santa will put some presents under the tree on Christmas Eve. Believing what her parents told her, she infers that there will be presents under the tree on Christmas morning. She knows that.” (KLEIN, 2008, p. 37).

Porém, essa explicação deixa Klein em maus lençóis, como observou De Almeida (a ser publicado), à medida que consideramos casos que o próprio Klein apresenta como exemplares de casos de falsidade útil. A objeção é que a teoria da anulabilidade revisada de Klein mostra-se inconsistente com alegações sobre supostos exemplos de casos de falsidade útil. Tendo em mente as falsidades relevantes nos casos **Papai Noel** e **Sr. Nogot**, De Almeida escreve:

De acordo com Klein (2008: 56-7), a diferença reside no fato de que, no caso *Sr. Nogot*, ‘a única evidência para a disjunção é o falso disjuncto’. Mas não é também esse o caso em *Papai Noel*? Por que a cadeia-j até *t* não é também genuinamente derrotada no caso *Papai Noel* (pela verdade de que não existe Papai Noel)?¹¹⁴

O ponto de De Almeida é que parece haver derrota genuína em ambos. Tanto quanto ele pode ver, considerando-os, se há derrota genuína em um, tudo leva a crer que há derrota genuína no outro também. Qualquer diferença entre o caso Gettier **Sr. Nogot** e o suposto caso de falsidade útil **Papai Noel** deve ser explicada por Klein; ele tem o ônus da prova aqui, e a sua teoria revisada não parece ajudá-lo nessa tarefa.

A objeção de De Almeida consiste na acusação de que a teoria da anulabilidade revisada de Klein (tal como expressa na cláusula iv* citada anteriormente nesta seção) é incapaz de explicar a diferença entre o que ele, De Almeida, batiza de *falsidades benignas* e *falsidades malignas*, isto é, as falsidades que produzem conhecimento e as falsidades que produzem Gettierização, respectivamente.

Essa é a objeção que nos afasta da alegação forte que faríamos caso a desconhecêssemos, a saber, que a teoria de Klein é completamente satisfatória. O ataque de De Almeida vai ao Calcanhar de Aquiles da teoria da anulabilidade: sua incapacidade de resolver o problema de Gettier. Afinal, uma vez que casos de Gettierização podem ser confundidos com casos de conhecimento via falsidade, a teoria perde a sua força porque não é capaz de cumprir com o propósito com o qual se comprometera.

Sendo assim, embora Klein tenha elaborado uma teoria capaz de lidar com uma série de problemas, a teoria fica *sub judice* por não ser capaz de explicar a diferença entre alguns casos Gettier e casos de falsidade útil. A “boa-nova” é que o próprio objetor, De Almeida,

¹¹⁴ No original, em inglês: “According to Klein [2008: 56-7], the difference resides in the fact that, in the *Nogot case*, ‘the only evidence for the disjunction is the false disjunct’. But isn’t that also the case in *Santa Claus*? Why isn’t the j-chain to *t* also genuinely defeated in the *Santa case* (by the truth that there is no Santa)?” (DE ALMEIDA, a ser publicado).

procura oferecer uma solução ao problema detectado por ele. E o mais interessante é que a sua solução está totalmente no espírito da teoria da anulabilidade de Klein.

Se a teoria da anulabilidade de De Almeida é satisfatória ou não, e se a teoria da anulabilidade revisada de Klein pode ser consertada de outro modo - ou mesmo se Klein está autorizado a dispensar essa objeção por alguma razão - são questões que, infelizmente, não cabem no escopo deste ensaio. No entanto, podemos alegar seguramente que essa investigação seguirá efervescente; trata-se de um episódio essencial e ainda inacabado no enredo que acabamos de narrar aqui.

5 CONCLUSÃO

Esperamos que, ao longo desta dissertação, tenhamos oferecido ao leitor boas razões para crer que a teoria da anulabilidade de Klein oferece uma análise do conhecimento interessante e promissora em muitos aspectos - não obstante objeções a serem tratadas - colocando-se, assim, entre as melhores candidatas para a solução do problema de Gettier. Além disso, esperamos ter mostrado que o aparato anulabilista nos dá condições de lidar com casos complicados e acomodar intuições da maioria de nós. E mesmo que o estado da arte da teoria apresente falhas na sua versão Kleiniana, é possível que a teoria tradicional receba outra roupagem que a imunize das atuais objeções em circulação na literatura até aqui.

Vimos, no capítulo 2, como a teoria da anulabilidade teve seu despontar com a analogia proposta por Chisholm entre anulabilidade em Ética e anulabilidade epistêmica. Vimos, também, como a noção de anulador e a tipologia de anuladores proposta por Pollock compõem o *background* das análises anulabilistas do conhecimento. No capítulo 3, vimos uma encarnação específica da teoria da anulabilidade: o anulabilismo de Peter Klein. Esperamos ter mostrado como essa versão anulabilista é bem-sucedida ao lidar com uma série de objeções e ao explicar casos obscuros, como os casos de Harman. No capítulo 4, o último desafio à teoria da anulabilidade de Klein foi encarado. O problema do conhecimento via falsidade ganhou uma explicação em termos anulabilistas, de tal modo que se existem casos de conhecimento inferencial com base em crenças falsas, a teoria de Klein os acomoda. E é importante ressaltar que até aqui ela é a única epistemologia que o faz.

No entanto, a conclusão deste ensaio não vê condições de erguer a teoria da anulabilidade revisada de Klein como vencedora. Vimos, ao final do capítulo 4 que, se De Almeida está certo, a teoria padece ao explicar o que distingue falsidades que produzem conhecimento de falsidades que tornam o sujeito Gettierizado. Esse é um problema grave, pois ataca o núcleo da explicação anulabilista para o problema de Gettier. Sendo assim, o que estamos autorizados racionalmente a alegar é que a excitante conversa sobre a teoria da anulabilidade e sobre a sua importância para a epistemologia do raciocínio não acabará por aqui.

6 BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, David. **Belief, Truth and Knowledge**. London, Cambridge University Press, 1973.

BORGES, Rodrigo, DE ALMEIDA, Claudio, KLEIN, Peter. **Explaining Knowledge: New essays on the Gettier Problem**. Oxford: Oxford University Press, a ser publicado.

CHISHOLM, Roderick. The Ethics of Requirement. **American Philosophical Quarterly** 1 (2):147 - 153. 1964.

_____. **Theory of Knowledge**. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1989.

CLARK, Michael. Knowledge and Grounds: A Comment on Mr. Gettier's Paper. **Analysis** 24 (2):46 – 48, 1963.

DE ALMEIDA, Claudio. **On useful falsehoods**. Disponível em: <http://certaindoubts.com/?p=195>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015, 2004.

_____. Epistemic closure, skepticism and defeasibility. **Synthese** 188 (2):197-215. 2012.

_____. Knowledge, Benign Falsehoods, and the Gettier Problem. IN: **Explaining Knowledge: New Essays on the Gettier Problem**, ed. Rodrigo Borges, Claudio de Almeida and Peter D. Klein, Oxford: Oxford University Press, a ser publicado.

DE ALMEIDA, Claudio & FETT, J. R.. Defeasibility and Gettierization: A Reminder, **Australasian Journal of Philosophy**, DOI: 10.1080/00048402.2015.1009127, 2015.

FANTL, Jeremy & MCGRATH, Matthew. **Knowledge in an Uncertain World**. Oxford University Press, 2009.

FELDMAN, Richard. **Epistemology**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2003.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge?. IN: **Analysis**, 23, p. 121 – 123. 1963.

GOLDMAN, Alvin. A causal theory of knowing. **Journal of Philosophy** 64 (12):357-372. 1967.

_____. Discrimination and perceptual knowledge. **Journal of Philosophy** 73 (November):771-791. 1976.

HARMAN, Gilbert. **Thought**. Princeton University Press, 1973.

HAZLETT, Allan. The maturation of the Gettier problem. **Philosophical Studies** 172 (1):1-6. 2014.

_____. The Myth of Factive Verbs. **Philosophy and Phenomenological Research** 80 (3):497 - 522. 2010.

HENDRICKS, Vincent. **Mainstream and Formal Epistemology**. Cambridge University Press, 2006.

HETHERINGTON, Stephen. The Gettier-illusion: Gettier-partialism and Infallibilism. **Synthese** 188 (2):217-230, 2012.

_____. Knowledge Can Be Lucky. In Matthias Steup, John Turri & Ernest Sosa (eds.), **Contemporary Debates in Epistemology 2^aed**. Blackwell, 2014.

HILPINEN, Risto. Knowledge and Conditionals, in **Philosophical Perspectives**, 2, Epistemology, ed. James Tomberlin, Atascadero, CA: Ridgeview: 157_82, 1988.

HINTIKKA, Jaakko. **Knowledge and Belief: An Introduction to the Logic of the Two Notions**, new edition, ed. Vincent F. Hendricks and John Symons, London: King's College Publications (2005), 1962.

ICHIKAWA, J. J. & STEUP, Matthias. **The Analysis of Knowledge**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-analysis/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015, 2012.

KLEIN, Peter. A proposed definition of propositional knowledge. **Journal of Philosophy** 68 (16):471-482. 1971.

_____. Knowledge, causality, and defeasibility. **Journal of Philosophy** 73 (20):792-812. 1976.

_____. Misleading "misleading defeaters". **Journal of Philosophy** 76 (7):382-386. 1979.

_____. Misleading evidence and the restoration of justification. **Philosophical Studies** 37 (1):81 - 89. 1980.

_____. **Certainty, a Refutation of Scepticism**. University of Minnesota Press, 1981.

_____. Concept of Knowledge. IN: **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. CD-ROM. 1998.

_____. Knowledge is True, Non-defeated Justified Belief. IN: Luper Steven (ed.), **Essential Knowledge**. Longman, 2003.

_____. Useful False Beliefs. IN: Quentin Smith (ed.), **Epistemology: New Essays**. New York: Oxford University Press, 2008.

_____. What Makes Knowledge the Most Highly Prized Form of True Belief. In: **The Sensitivity Principle in Epistemology**, ed. Tim Black and Kelly Becker, Cambridge: Cambridge University Press: 152-69, 2012.

KVANVIG, Jonathan. **A Perspective on Plantinga's Theory of Warrant**. Disponível em: <http://certaindoubts.com/?p=308>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015, 2005.

LEHRER, Keith. Knowledge, Truth and Evidence. **Analysis** 25 (5):168 - 175. 1965.

_____. **Knowledge**. Clarendon Press, 1974.

LEHRER & PAXSON. Knowledge: Undefeated justified true belief. **Journal of Philosophy** 66 (8):225-237, 1969.

LUPER, Steven. **The Epistemic Closure Principle**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/closure-epistemic/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015 – 2010.

LYCAN, William. On the Gettier problem problem. In Stephen Cade Hetherington (ed.), **Epistemology Futures**. Oxford University Press 148—168, 2006.

MOSER, Paul K. **Knowledge and Evidence**, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NOZICK, Robert. **Philosophical Explanations**. Harvard University Press, 1981.

PLANTINGA, Alvin. **Warrant: The Current Debate**. Oxford University Press, 1993.

_____. **Warrant and Proper Function**. Oxford University Press, 1993b.

_____. Respondeo, in **Warrant in Contemporary Epistemology: Essays in Honor of Plantinga's Theory of Knowledge**, ed. Jonathan L. Kvanvig, Lanham, MD: Rowman & Littlefield: 307-78. 1996.

POLLOCK, John. **Contemporary Theories of Knowledge**, London: Hutchinson, 1986.

POLLOCK, John & CRUZ, Joseph. **Contemporary Theories of Knowledge**. Rowman & Littlefield Publishers; 2 edition. 1999.

PRITCHARD, Duncan. **Epistemic Luck**. Clarendon Press, 2005.

_____. Anti-Luck Virtue Epistemology. **Journal of Philosophy** 109 (3):247-279, 2012.

_____. Knowledge Cannot Be Lucky. In Matthias Steup, John Turri & Ernest Sosa (eds.), **Contemporary Debates in Epistemology 2nd ed.** Blackwell, 2014.

ROSS, William. **The right and the good.** Oxford University Press, 1930 (reprinted in 2002).

SAUNDERS, John Turk & CHAMPAWAT, Narayan. Mr. Clark's Definition of 'Knowledge'. **Analysis** 25 (1):8 – 9, 1964.

SENIOR, Thomas. The prima/ultima facie justification distinction in epistemology, IN: **Philosophy and Phenomenological Research**, 55, p. 551 – 566. 1996.

SHOPE, Robert. **The Analysis of Knowing: A Decade of Research.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1983.

_____. Gettier problems. IN: **Routledge Encyclopedia of Philosophy.** CD-ROM, 1998.

SOSA, Ernest. How to defeat opposition to Moore. **Philosophical Perspectives** 13 (s13):137-49, 1999.

_____. How competence matters in epistemology. **Philosophical Perspectives** 24 (1):465-475, 2010.

SWAIN, Marshall. Epistemic Defeasibility. **American Philosophical Quarterly** 11 (1):15 - 25. 1974.

_____. Warrant versus Indefeasible Justification, in **Warrant in Contemporary Epistemology: Essays in Honor of Plantinga's Theory of Knowledge**, ed. Jonathan L. Kvanvig, Lanham, MD: Rowman & Littlefield: 131-46. 1996.

_____. Defeasibility theory of knowledge. IN: **Routledge Encyclopedia of Philosophy.** CD-ROM. 1998.

TURRI, John. In Gettier's Wake. IN: **Epistemology: The Key Thinkers** (ed.) Stephen Hetherington. Continuum, 2012.

WARFIELD, Ted. Knowledge from falsehood. IN: **Philosophical Perspectives** 19 (Epistemology), 2005.

WILLIAMS, John. Not knowing you know: a new objection to the defeasibility theory of knowledge. **Analysis**, DOI: 10.1093/analys/anv017 , 2015.

WILLIAMSON, Timothy. **Knowledge and its limits.** New York, NY: Oxford University Press, 2000.

_____. Knowledge First Epistemology. In Sven Bernecker & Duncan Pritchard (eds.), **The Routledge Companion to Epistemology**. Routledge 208-218. 2011.

ZAGZEBSKI, Linda. What Is Knowledge?. In John Greco & Ernest Sosa (eds.), **The Blackwell Guide to Epistemology**. Oxford: Blackwell, 1999.